

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR

2014/2015



TIG

CARATERIZAR O AMBIENTE OPERACIONAL DE ANGOLA
ENTRE 1961-1974

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**CARATERIZAR O AMBIENTE OPERACIONAL DE ANGOLA
ENTRE 1961-1974**

CAP INF Pedro Barroco Marques Mano

CAP ART Pedro Miguel Russo de Carvalho Dias (Coordenador)

CAP TM Jorge Miguel de Almeida Nobre Marques

CAP INF Adolfo Henrique de Assis Ferreira dos Reis

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS Ex A/S 2014/2015

Pedrouços 2015



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**CARATERIZAR O AMBIENTE OPERACIONAL DE ANGOLA
ENTRE 1961 -1974**

CAP INF Pedro Barroco Marques Mano

CAP ART Pedro Miguel Russo de Carvalho Dias (Coordenador)

CAP TM Jorge Miguel de Almeida Nobre Marques

CAP INF Adolfo Henrique de Assis Ferreira dos Reis

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS Ex A/S 2014/2015

Orientadores:

MAJ INF António José Macedo Estrela Bastos

MAJ INF Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges

Pedrouços 2015



Agradecimentos

O presente Trabalho de Investigação de Grupo encerra o estudo, investigação e análise desenvolvidos ao longo do Curso de Promoção a Oficial Superior 2014-2015.

Durante o período de realização deste trabalho, para além do esforço, disponibilidade e vontade que o grupo investiu na sua execução, beneficiámos de apoios e orientações, aos quais queremos expressar o nosso agradecimento:

Aos orientadores, Major de Infantaria Bastos e Major de Infantaria Borges, pela disponibilidade que sempre manifestaram em apoiar o esclarecimento de dúvidas, pela experiência e contributos que foram transmitindo ao longo da análise das diferentes versões do trabalho e pelo enquadramento sempre presente ao longo de toda a execução, com orientações e incentivos, no sentido de mantermos o rumo e ímpeto necessários para a prossecução dos objetivos pretendidos.

Ao Major de Infantaria Afonso, pela sua experiência pessoal que se revelou de elevada oportunidade e utilidade, e pelo auxílio a alcançar coerência estrutural e histórica.

A todos aqueles que, das mais variadas formas, contribuíram direta e indiretamente no processo de execução deste trabalho.

A todos um bem-haja.



Índice

Introdução	1
1. Caraterização do Ambiente Operacional de Angola	4
a. O Ambiente do Espaço de Batalha em 1961	4
(1) Político	4
(2) Militar	4
(3) Económico	6
(4) Social	8
(5) Infraestruturas	9
(6) Informação	9
(7) Ambiente físico	10
b. Avaliação da Ameaça	12
(1) MPLA	12
(2) UNITA	14
(3) UPA / FNLA	15
c. Síntese Conclusiva	16
2. Evolução do Ambiente Operacional de Angola	17
a. Análise do Ambiente do Espaço do Espaço de Batalha e da Ameaça	17
(1) 1º Período: 1961 a 1963	17
(2) 2º Período: 1964 a 1966	18
(3) 3º Período: 1967 a 1974	18
b. Síntese Conclusiva	19
3. Alterações do Emprego das Forças da Componente Terrestre	20
a. Evolução da Doutrina	20
b. Evolução da Instrução, Treino e Tática	20
c. Evolução da Organização	21
d. Alterações provocadas pela variação do ambiente operacional	21
(1) 1º Período: 1961 a 1963	21
(2) 2º Período: 1964 a 1966	25
(3) 3º Período: 1967 a 1974	26
e. Síntese conclusiva	30
Conclusões	31
Bibliografia	34



Índice de Apêndices

Apêndice A – Contexto	Apd A-1
Apêndice B – Base conceptual.....	Apd B-1
Apêndice C – Armamento utilizado	Apd C-1
Apêndice D – Quadro resumo por período	Apd D-1

Índice de Figuras

Figura nº 1 – Percurso metodológico do trabalho.	3
Figura nº 2 – Organização da metrópole em 1960.	6
Figura nº 3 – Organização de Angola em 1960.	6
Figura nº 4 – Localização dos principais recursos económicos de Angola em 1961.	7
Figura nº 5 – Localização/estimativas do peso de cada tribo na população total de Angola em 1961. --	8
Figura nº 6 – Principais infraestruturas em 1961.	10
Figura nº 7 – Caracterização altimétrica de Angola.	11
Figura nº 8 – Caracterização da vegetação do território de Angola.	12



Resumo

Neste trabalho caraterizou-se o Ambiente Operacional (AO) de Angola em 1961, com recurso ao modelo de análise da *Intelligence Preparation of Battlefield* para operações de estabilização, e identificaram-se as principais alterações com reflexo no emprego das forças terrestres até 1974.

As caraterísticas do AO condicionaram Portugal a adotar uma estratégia de poupança de recursos para combater as suas limitações, as caraterísticas do teatro de operações e as táticas da ameaça.

A doutrina difundida, inicialmente, foi atualizada para refletir a transformação de paradigma duma guerra convencional para a contrassubversão. As principais alterações na organização das forças e na instrução e treino refletiram, respetivamente, uma resposta à dispersão territorial da ameaça e a necessidade de melhorar qualitativamente os níveis de formação das forças mobilizadas. Ao nível tático, realça-se a implementação da flexibilização de forças e a utilização de forças intervenção, especialistas em contrassubversão, de forma a recuperar a iniciativa no conflito.

Palavras-chave

1961, Angola, Contrassubversão, Doutrina, Organização, Instrução e Treino, Tática.



Abstract

This work characterized the Operational Environment (OE) of Angola in 1961, using the Intelligence Preparation of Battlefield for stabilization operations model of analysis, and were identified the main changes with impact on land forces operations until 1974.

The OE characteristics conditioned Portugal to adopt a resource-saving strategy to face national limitations, the theater of operations characteristics and the tactics of the threat.

The initially divulged doctrine was updated to reflect the transformation of the paradigm of a conventional warfare to an unconventional warfare. The main changes in the units organization and training and preparation reflected a response to territorial dispersion of the threat and the need to improve qualitative levels of training.

The main change at the tactical level was the implementation of flexible units in the Area of Operations and the use of intervention units (reserve), experts in unconventional warfare, in order to regain the initiative in the conflict.

Keywords

1961, Angola, Counterinsurgency , Doctrine, Organization, Training and Preparation, Tactical.



Lista de Abreviaturas

A

AC - Anticarro

AO – Ambiente Operacional

AP - Antipessoal

AM1 - Área Militar Nº1

C

CAM - Centro de Assistência Médica por Zona

CECA - Comissão para os Estudos das Campanhas de África

CIC - Centro de Instrução de Comandos

CIOE - Centro de Instrução de Operações Especiais

CIR - Centro de Instrução Regional

CCaçEsp - Companhias de Caçadores Especiais

CEDN - Conceito Estratégico de Defesa Nacional

D

DL - Decreto-lei

E

ELNA - Exército de libertação Nacional de Angola

EM - Estado-Maior

EME - Estado-Maior do Exército

EUA - Estados Unidos da América

F

FAP - Força Aérea Portuguesa

FA - Forças Armadas

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

I

IPB - *Intelligence Preparation of Battlefield*

IAO - Instrução de Aperfeiçoamento Operacional

IAEM - Instituto de Altos estudos Militares

M

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

N

NATO - *North Atlantic Treaty Organization*



O

OE - Objetivo Específico

ONU - Organização das Nações Unidas

P

PC - Posto de comando

PCA - Partido Comunista de Angola

PD – Pergunta Derivada

PLUA - Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola

PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PDE - Publicação Doutrinária do Exército

Q

QC – Questão Central

QG - Quartel-general

QP – Quadro Permanente

R

RMA - Região Militar de Angola

S

SAM - Serviço de assistência médica por região

T

TO - Teatro de Operações

U

UPA - União das Populações Angolanas

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UTCI - Unidade Tática de Contra Infiltração

Z

ZML - Zona Militar Leste

ZMN - Zona Militar Norte



Introdução

O tema proposto “Caraterizar o Ambiente Operacional (AO) de Angola entre 1961-1974” enquadra-se no contexto do estudo da história militar contemporânea portuguesa, nomeadamente as campanhas de África (Apêndice A), e assume especial relevância porque permite compreender os condicionalismos à condução desse combate de baixa intensidade, durante 13 anos, e como foram superadas as dificuldades geográficas e os limitados recursos.

A investigação em causa integra-se no projeto “Análise da Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola do ponto de vista das Forças Terrestres” e tem por finalidade estudar a informação existente à luz do novo processo operacional, focando-se na forma como as Forças Terrestres usaram as funções de combate para atingir os seus objetivos militares. Esta abordagem, pretende fornecer um contributo diferente sobre a forma como o Exército respondeu aos desafios estratégicos definidos pelo poder político para a defesa dos territórios africanos.

A Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-00 Operações, define o processo operacional como uma ferramenta utilizada pelos comandantes para garantirem o sucesso das suas missões em todo o seu espectro de operações, caracterizando-o em quatro fases principais: compreender o problema; visualizar o estado final desejado e a intenção da operação; descrever o tempo, espaço, recursos, finalidade e ação e dirigir as funções de combate. (Exército Português, 2012, pp. 3-3)

Este tema de investigação assume especial relevância porque centra a sua análise na primeira fase do processo operacional, a compreensão do problema pelo estudo pormenorizado do AO, enquadrando desta forma toda a investigação do projeto.

O objeto de estudo é o AO de Angola. Este trabalho limitar-se-á, numa fase inicial, ao estudo do AO de Angola no período entre 1961 e 1974, caracterizando-o segundo os conceitos aplicados na metodologia do estudo do espaço de batalha pelas informações em operações de contrassubversão e operações de estabilização. O estudo do espaço de batalha irá-se basear nas variáveis operacionais Política, Economia, Militar, Social, Infraestruturas, Informação e Ambiente Físico e o estudo da ameaça¹ irregular nas origens, organização e atuação da mesma.

¹ Doravante designada por inimigo ou ameaça com igual significado.



Posteriormente, serão identificadas as evoluções no AO que provocaram alterações no emprego das forças da componente terrestre, nomeadamente nos conceitos doutrinários, organização, instrução e treino e emprego tático de unidades. No Apêndice B reflete-se a base conceptual utilizada.

O trabalho de investigação tem como objetivo geral estudar o impacto da evolução do AO de Angola no emprego das forças da componente terrestre para o período em estudo. Para tal foram identificados os seguintes objetivos específicos (OE):

- OE1: Caraterizar o AO de acordo com o modelo de análise do Intelligence Preparation of Battlefield (IPB) em vigor para operações de apoio à contrassubversão e operações de estabilização.
- OE2: Identificar a evolução no AO com impacto no emprego das forças da componente terrestre.
- OE3: Identificar as alterações registadas ao nível da organização, instrução e treino, doutrina e táticas adotadas no emprego das forças terrestres.

A questão central (QC) formulada para a pesquisa do tema foi: Qual o impacto da evolução do AO de Angola no emprego das forças da componente terrestre, para o período entre 1961 a 1974?

Para melhor responder à QC, foram formuladas as seguintes perguntas derivadas (PD):

- PD1: Qual a caraterização do Ambiente Operacional de Angola de acordo com o modelo de análise do IPB em vigor para operações de apoio à contrassubversão e operações de estabilização?
- PD2: Quais foram as evoluções no ambiente do espaço de batalha com maior impacto no emprego das forças da componente terrestre?
- PD3: Quais foram as alterações registadas ao nível da organização, instrução e treino, doutrina e táticas adotadas no emprego das forças terrestres?

O instrumento metodológico utilizado foi o modelo de análise do IPB em operações de estabilização, mais especificamente em operações de defesa de interesses de países terceiros, onde as forças militares portuguesas podem ser empenhadas em atividades de contrassubversão. Este modelo é descrito na PDE 2-09-00 (Exército Português, 2010) e nas Notas para IPB na Contrassubversão e Operações de Estabilização (IESM, 2013), que visam servir de apoio conceptual para a aplicação do IPB nesses cenários.



Após a caraterização do AO com este modelo de análise, o processo de identificação das suas alterações face a 1961 e os seus contributos para a organização, instrução e treino, doutrina e tática, foi sistematizado utilizando os períodos da categorização da evolução da doutrina². Como apenas se pretende estudar o período entre 1961 e 1974, selecionaram-se os três últimos períodos, adaptados da seguinte forma: primeiro período (1961-1963); segundo (1964-1966) e terceiro (1967-1974).

Este trabalho está organizado em três capítulos, seguindo o percurso metodológico sintetizado na Figura nº1.

No primeiro capítulo é apresentada a caracterização do ambiente do espaço de batalha de Angola em 1961 e a caraterização dos três principais movimentos subversivos que operaram no território durante a campanha.

No segundo capítulo são identificadas as principais alterações ao ambiente do espaço de batalha e à forma de atuação da ameaça que tiveram efeitos no emprego das forças da componente terrestre, segundo os períodos definidos para investigação. É apresentada uma síntese comparativa das alterações. No terceiro capítulo são identificadas as principais modificações introduzidas ao nível da doutrina, emprego tático, instrução e treino, organização das forças que resultaram de alterações identificadas no capítulo anterior.

Por último são apresentadas as conclusões do trabalho.

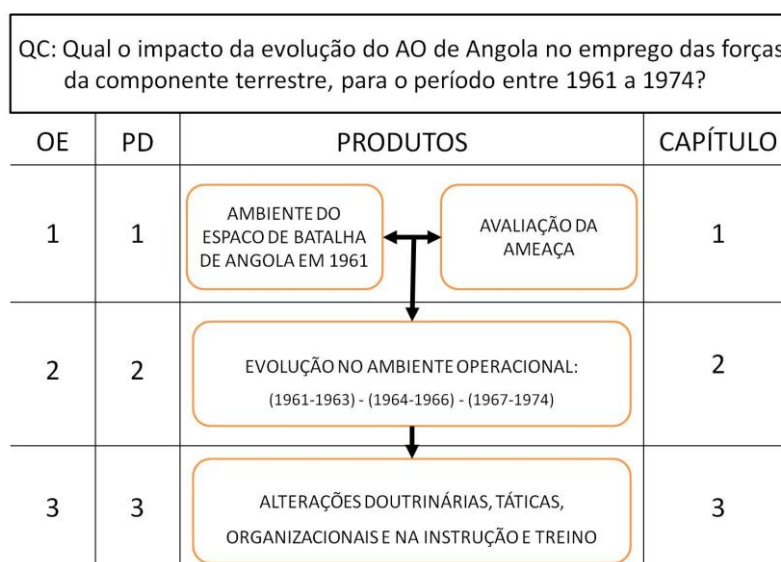


Figura nº 1 – Percurso metodológico do trabalho.

² Segundo o manual *Subsídios Para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África*, (CECA, 1990, pp. 138-139), o desenvolvimento da doutrina de contrassubversão pode ser resumido e categorizado segundo quatro períodos de evolução: 1º período (1958-1960), “contato com as doutrinas”; 2º período (1961-1963), “aplicação experimental da doutrina”; 3º período (1964-1966), “aperfeiçoamento da doutrina” e 4º período (1967-1974), “consolidação da doutrina.”



1. Caraterização do Ambiente Operacional de Angola

a. O Ambiente do Espaço de Batalha em 1961

Pretende-se estudar as características gerais do espaço de batalha através da análise das variáveis operacionais identificadas previamente. O período em estudo compreende o início do conflito, nomeadamente o primeiro trimestre de 1961, e centra-se na província ultramarina de Angola.

(1) Político

A província de Angola, tinha como capital Luanda (sede do governo geral) e a nível político-administrativo estava organizada em 16 distritos que se subdividiam respetivamente em concelhos e freguesias (ou postos administrativos). A maior autoridade da Província era o Governador-geral, assistido por um Secretário-geral e nove Secretários Provinciais que geriam pastas como a Economia, Obras Públicas, Comunicações, entre outras. Os secretários eram nomeados pelo Ministro do Ultramar sob proposta do Governador-geral. (CECA, 1997, p. 45)

A população de Angola era caracterizada por dois grupos: os indígenas e o grupo dos civilizados que podiam eleger uma assembleia legislativa local e representantes no parlamento português. Apesar disso, o controlo do governo da colónia pelo governo central foi sempre muito estreito, exercendo-se através da figura do Governador-geral (Fontoura, 1995, pp. 1193-1208).

O colonialismo tinha sido condenado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 1960, mas Portugal defendia que estas eram províncias ultramarinas e não colónias. A data 15 de março de 1961 marca também o dia em que se discutem na ONU moções a exigir reformas em Angola, de onde se acentuam desentendimentos com os Estados Unidos da América (EUA) ao se mostrarem contra Portugal. A guerra ganhava outras dimensões, nomeadamente a diplomática (CECA, 1988, pp. 53-57).

(2) Militar

Ao terminar a década de 50 e já em 1960, assistiu-se em Portugal a uma série de reformas, que traduziam abertamente uma preocupação com o Ultramar. No ponto I do



documento intitulado “Política Militar Nacional”³, de 1959, foi feita uma análise das condições da conjuntura mundial da época sobre a situação geopolítica e geoestratégica das diversas parcelas da Nação Portuguesa, relativamente às prioridades a considerar em termos de preocupações de segurança, que são transcritas nos pontos seguintes: (CECA, 1988, p. 147)

- Defesa interna dos vários territórios, em particular os do Ultramar, contra ações de subversão interna dirigidas e apoiadas do exterior;
- Contenção e repressão das ameaças e das agressões partidas do exterior, contra os territórios portugueses, em particular no Ultramar, e enquadradas, quer no movimento afro-asiático antiocidental, quer na manobra de aproximação indireta empreendida pelos soviéticos;
- Colaboração na defesa coletiva da Europa, contra uma ação direta dos soviéticos, a qual, a ter lugar, quase certo desencadeará um conflito em escala mundial, iniciando-se com um apocalíptico nuclear;
- Defesa contra as ações partidas da Espanha, de Marrocos e dos países africanos vizinhos, militantes nas mesmas fileiras e princípios ocidentais que Portugal.

Decorrente desse documento enquadrante foi publicado o Decreto-lei (DL) Nº 43351 de 24 de novembro de 1960⁴, que marca o arranque da reorganização territorial, fixando a divisão do território metropolitano em Regiões Militares (1ª Região Militar com sede no Porto, Região Militar de Lisboa e 2ª Região Militar com sede em Tomar), e a do território de Angola em Comandos territoriais pertencentes à 3ª Região Militar com sede em Luanda, conforme se representa nas Figuras nº 2 e 3 (CECA, 1988, p. 148).

Quando os acontecimentos de quatro de fevereiro de 1961 em Luanda anunciavam o princípio da luta de 13 anos que Portugal iria travar nos três teatros de operações africanos, a reorganização territorial prevista na legislação publicada em 1960 e em documentação subsequente, encontrava-se aplicada só em parte e longe do que se havia previsto, no entanto, e com a criação do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), já se denotava o acréscimo de preocupação com a ameaça que se veio a confirmar (CECA, 1988, p. 148).

³ Processo constituído por documentos da Repartição do Gabinete do Ministro do Exército, referente aos trabalhos preparatórios da reorganização do Ministério do Exército (1959-1960) (CECA, 1997, p.147).

⁴ (CECA, 1997, p. 148).



Figura nº 2 – Organização da metrópole em 1960.
Fonte: (CECA, 1988, p. 168)

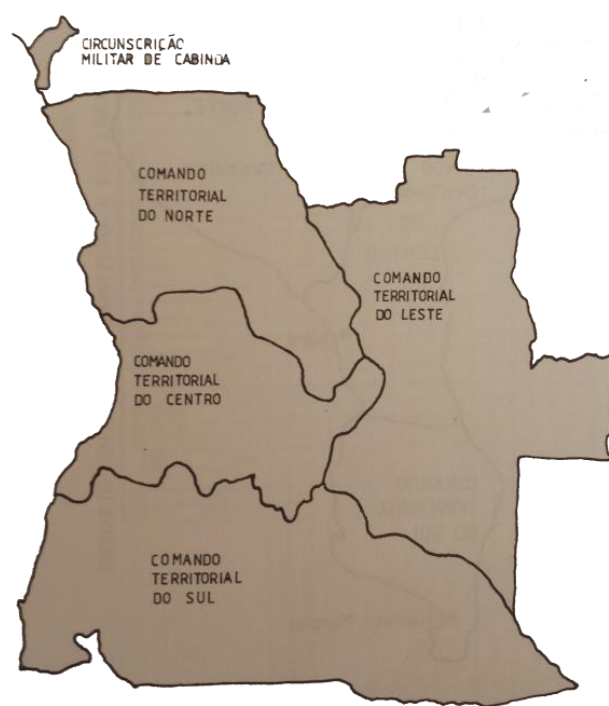


Figura nº 3 – Organização de Angola em 1960.
Fonte: (CECA, 1988, p. 169)

Em Angola, a maior parte das unidades acima do escalão companhia, sobretudo os regimentos, pouco mais representavam, em termos operacionais, que um comando e uma ou duas companhias de Caçadores. Totalizavam cerca de 5000 efetivos deficientemente equipados, recrutados localmente e treinados para um conflito na Europa contra a União Soviética, e 1500 europeus pertencentes às Companhias de Caçadores Especiais (CCaçEsp) formadas no CIOE, e com treino em guerra subversiva (Cann, 2005, pp. 82-83).

Por terem efetivos escassos, estavam muito dispersos no Teatro de Operações (TO) e eram usados para segurança local e recrutamento de soldados africanos e europeus locais.

As Forças Armadas Portuguesas (FA) contavam nesta ocasião com cerca de 79 000 efetivos, dos quais 58 000 pertenciam ao Exército, sendo que o recrutamento era apenas executado por um turno por ano, o que, face ao efetivo presente nas províncias baseado em indígenas, denota que o recrutamento local tinha índices muito modestos.

(3) Económico

Em 1961, Portugal não era um país rico nem desenvolvido, sendo um dos mais pobres da Europa Ocidental. O orçamento da defesa no início do conflito era de 93 milhões



de dólares⁵, indicador da incapacidade para conduzir e apoiar qualquer guerra apenas com os recursos da metrópole (Fontoura, 1995, pp. 1193-1208).

Os pilares da economia de Angola eram as plantações e as atividades mineiras. As plantações existiam sobretudo na parte Noroeste do território (Figura nº 4) e a principal produção era o café, seguida do algodão e do açúcar. O café era controlado por fazendeiros europeus (principal motivo da imigração portuguesa no território) que possuíam as principais roças localizadas no Norte, zona onde começaram as hostilidades. Angola era dos maiores produtores mundiais de café, que tinha cotações garantidas nos mercados internacionais desde os anos 50 e a produção assegurada por bailundos, trabalhadores contratados do Sul. As minas existiam sobretudo na parte Noroeste para a extração de diamantes e na parte Sul para a extração de minério de ferro. No Noroeste prospeções de petróleo conduziam à descoberta de importantes jazidas (Fontoura, 1995, pp. 1193-1208).

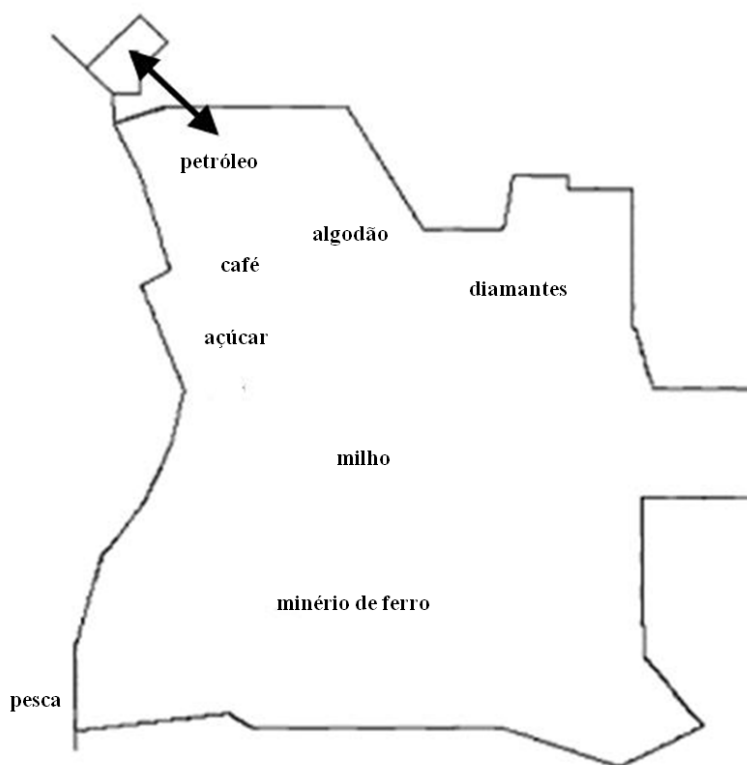


Figura nº 4 – Localização dos principais recursos económicos de Angola em 1961.
Fonte: (Fontoura, 1995, p. 1198)

⁵ No final do conflito, em 1974, o orçamento de defesa ascendia a 523 milhões de dólares (Cann, 2005, pp. 28-29).

(4) Social

A população de Portugal continental era de 8 889 392 habitantes. De acordo com o censo de 1960, a população de Angola era de 4 830 283 habitantes, cerca de quatro pessoas por km², das quais 95,2 % eram negras, 3,5 % brancas, 1,1 % mestiças e 0,2 % de outras raças. A população, como já referido anteriormente, foi legalmente dividida em dois grupos: os indígenas e os civilizados. O grupo dos indígenas era constituído pelos habitantes de origem africana que continuavam a viver no contexto de sociedades tribais ou que, apesar de terem passado a viver fora desse contexto, não estavam alfabetizados ou não tinham emprego permanente no setor moderno da economia. O grupo dos civilizados era constituído pelos habitantes de origem europeia e pelos habitantes de origem africana em condições de acederem à cidadania portuguesa (Fontoura, 1995, pp. 1193-1208).

A população negra indígena era composta por 94 tribos diferentes, divididas em nove grupos etnolinguísticos principais, cada um dos quais com o seu próprio grau de ligação aos portugueses. Os guerrilheiros pertenciam a grupos em que pouco tinham em comum entre si (Fontoura, 1995).

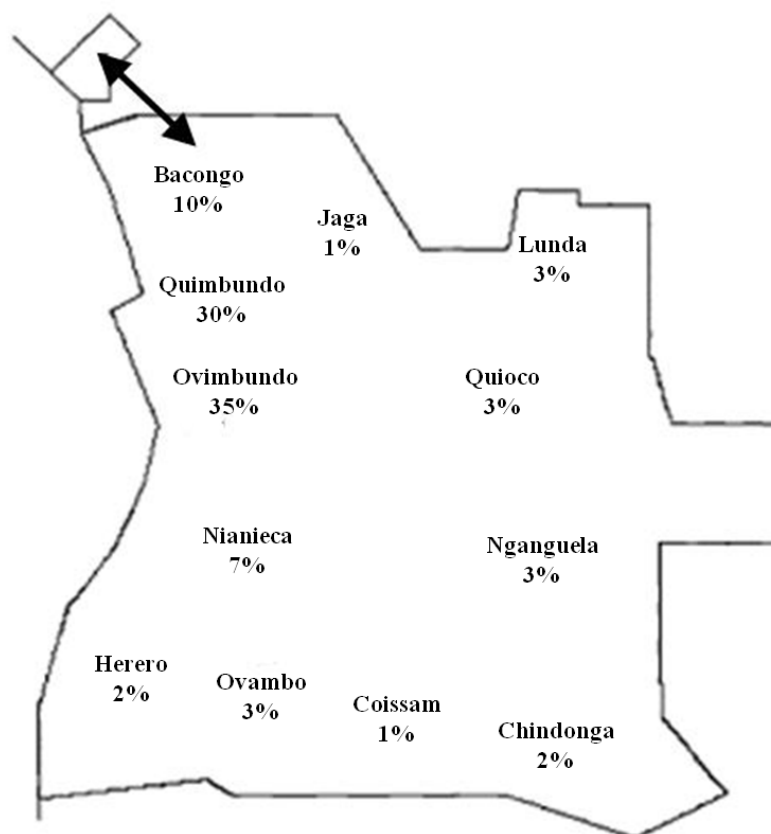


Figura nº 5 – Localização/estimativas do peso de cada tribo na população total de Angola em 1961.
Fonte: (Fontoura, 1995, p. 1198)



(5) Infraestruturas

Angola possuía uma rede de vias férreas constituída por três linhas principais (Figura nº 6) que assegurava a ligação entre o litoral e o interior e tornava possível a relação da economia de Angola com a economia internacional (Fontoura, 1995, p. 1196).

Plantações, minas e caminho-de-ferro faziam parte de uma estrutura integrada virada para o exterior, contactando com ele através de portos. Os principais portos de Angola (em Luanda, Lobito, Benguela e Moçâmedes) correspondiam ao término das linhas de caminho-de-ferro. Os aeroportos de articulação internacional situavam-se em Luanda e Nova Lisboa (atual Huambo). As poucas estradas existentes eram de terra batida ou simplesmente picadas na selva e capim (Fontoura, 1995, pp. 1193-1208).

Relativamente a infraestruturas de saúde, existiam em Angola vários estabelecimentos hospitalares de onde se realça um hospital central, 13 regionais, 62 particulares, 67 centros de saúde e 35 maternidades. Na década de 60 os êxitos na luta contra a varíola, doença do sono e mortalidade infantil são reconhecidos internacionalmente e refletem o esforço de Portugal no território, que garantia um médico por cada 13000 habitantes (CECA, 1997, p. 46).

(6) Informação

No Exército, em 1959/60 não existia verdadeiramente um Serviço de Informações, mas sim um sistema formado pelas 2ª Repartições e Secções de Estado-Maior do Exército (EME), dos quartéis-generais (QG) das regiões militares metropolitanas e ultramarinas e das unidades territoriais e operacionais. Estes órgãos eram apoiados no Ultramar, pela Força Aérea Portuguesa (FAP) e pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) (Cann, 2005, pp. 129-132).

A informação recolhida pelos “sensores” no terreno, antes do início do conflito, e veiculada para a metrópole por via oficial através do Governador-geral de Angola a avisar das movimentações suspeitas, surtiam pouco efeito.

A imprensa em Angola consistia em 34 publicações, das quais duas científicas; uma literária; duas religiosas; três desportivas; 13 informativas e as restantes de natureza diversa, onde se incluem os quatro jornais diários publicados em Luanda (CECA, 1997, p. 47).

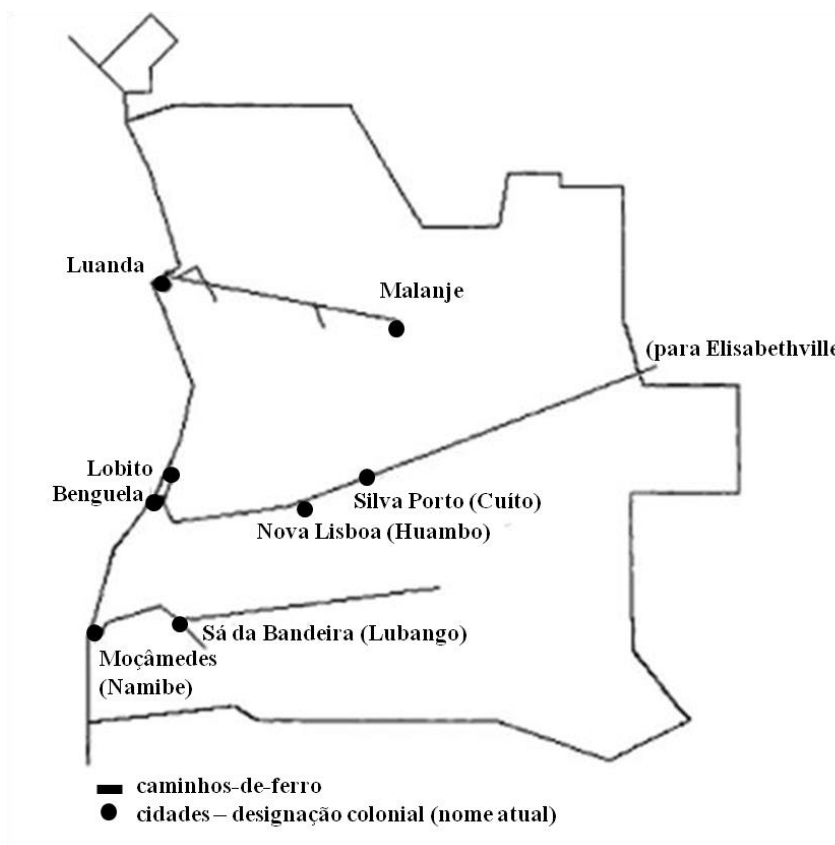


Figura nº 6 – Principais infraestruturas em 1961.

Fonte: (Fontoura, 1995, p. 1199)

(7) Ambiente físico

Angola cobre uma área cerca de 14 vezes a superfície de Portugal (1 264 314 km²), sendo que Lisboa se encontra a cerca de 7300 km de Luanda. Topograficamente é banhada a ocidente pelo Oceano Atlântico, onde uma orla costeira, com aproximadamente 1650 km de litoral, se liga a um planalto central, 50 a 200 km para o interior e que abrange 60% do país. Ainda no interior, continua o planalto com a altitude média de 1000 a 1300 m (Figura nº 7). A fronteira terrestre tem uma extensão de 4837 km com a República Democrática do Congo⁶ e a Namíbia. A fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo para Norte é denominada por região de Dembos e teve uma importância particular. É muito extensa e é constituída por mais de 2000 km de serras, pântanos, savana, selva e capim que forneciam bons cobertos (Figura nº 8). O rio Congo, que abarca parte da fronteira, tem

⁶ República Democrática do Congo – Enquanto domínio Belga, este território foi designado como Congo-Belga, a 30 de Junho de 1960 tornou-se autónomo mergulhando na anarquia e lutas tribais. Em 1965, Mobutu sobe ao poder e o território passa a designar-se por Zaire. Em 1997 foi deposto por Laurent-Désiré Kabila - chefe da guerrilha Aliança das Forças Democráticas que alterou o nome do país para República Democrática do Congo (Editora, 2003-2015). Neste trabalho, independentemente do ano a que se refira, esta zona geográfica irá ser referida como “República Democrática do Congo”



ilhas densamente arborizadas que poderiam fornecer excelente cobertura aos guerrilheiros. As travessias podiam fazer-se sem serem detetadas em qualquer local. Para Sul o terreno é de orografia difícil e coberto por matas densas e capim de 2,5 a 3 m de altura (Cann, 2005, pp. 23-25).

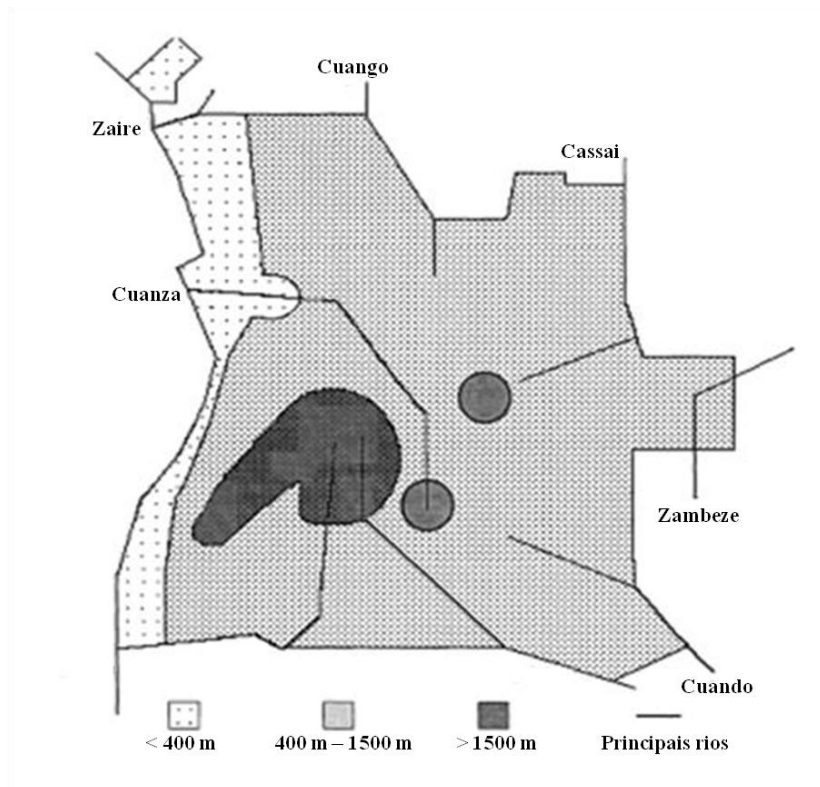


Figura nº 7 – Caracterização altimétrica de Angola.
Fonte: (Fontoura, 1995, p. 1195)

O clima de Angola é caracterizado por duas estações: a das chuvas, de outubro a abril e a seca, conhecida por “Cacimbo”, de maio a agosto, com temperaturas mais baixas. Por outro lado, enquanto a orla costeira apresenta elevados índices de pluviosidade que vão decrescendo de Norte para Sul (dos 800 mm para os 50 mm), com temperaturas médias anuais acima dos 23°C, a zona do interior pode ser dividida em três áreas: (CECA, 1997)

- Norte, com grande pluviosidade e temperaturas altas;
- Planalto Central, com uma estação seca e temperaturas médias da ordem dos 19°C;
- Sul, com amplitudes térmicas bastante acentuadas devido à proximidade do deserto do Calaári e à influência de massas de ar tropical.

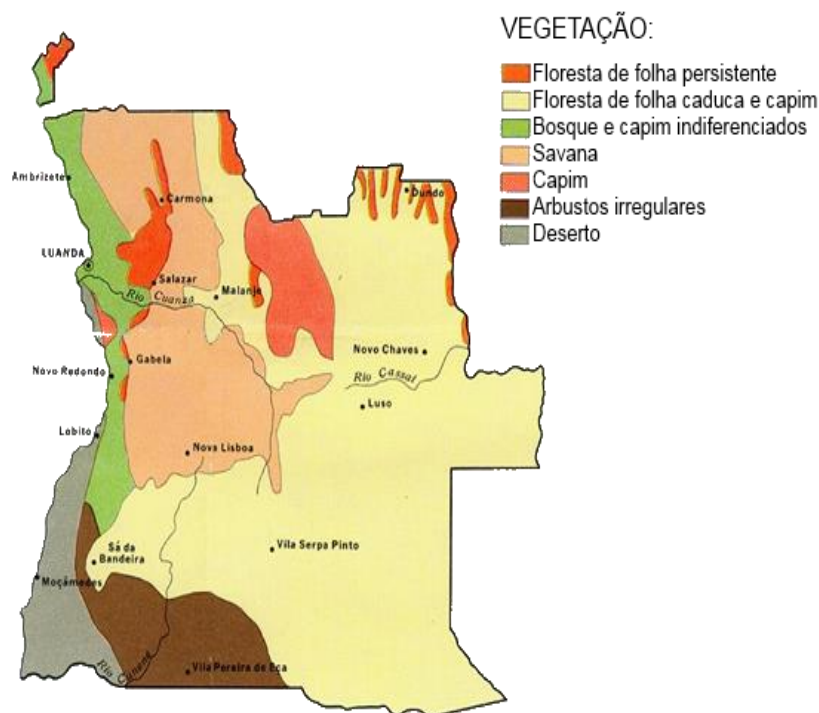


Figura nº 8 – Caracterização da vegetação do território de Angola.

Fonte: (US Central Intelligence Agency, 1973)

b. Avaliação da Ameaça

De 1961 a 1974, no território de Angola, as tropas portuguesas enfrentaram no terreno três movimentos de libertação. Cada um deles era mais ativo em determinada área geográfica, tendo, inclusive, existido confrontos entre os próprios movimentos. Neste capítulo, caraterizamos, sucintamente, cada um destes Movimentos ao longo da campanha.

(1) MPLA

(a) Origem

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é o resultado da junção, em 1955, de dois partidos políticos clandestinos, o Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) e o Partido Comunista de Angola (PCA). Teve como líder, a partir de meados de 1962, Agostinho Neto e o seu Comité Diretor esteve estabelecido na República Democrática do Congo desde novembro de 1963. A partir da sua localização, podiam aceder facilmente à fronteira de Cabinda, onde iniciou a sua atividade militar no ano seguinte (Afonso & Gomes, s.d., pp. 58-59).



(b) Organização

Durante o período do conflito, a organização político-militar do MPLA foi-se aperfeiçoando e em 1970 já tinha uma complexa organização, dividida em seis regiões militares que cobriam grande parte do território de Angola.

Para tal, estava organizado da seguinte forma (Afonso & Gomes, s.d., p. 133):

- Comandos de região militar e zona:
Posto de Comando (PC)
Centro de Instrução Regional (CIR)
Serviço de Assistência Médica por região (SAM)
Centro de Assistência Médica por zona (CAM)
- Unidades combatentes:
Grupo
Secção
Esquadrão
Coluna (Agrupamento operacional)

(c) Atuação

O MPLA contava com um efetivo militar que variava entre os 3000 e os 4500 guerrilheiros sendo que as regiões militares mais ativas eram a de Dembos, Cabinda e Leste (Afonso & Gomes, s.d., p. 134).

O seu modo de atuação consistia, utilizando o armamento descrito no Apêndice C, na realização de emboscadas a curta distância (10 a 20 m), a partir de abrigos preparados junto aos itinerários utilizados pelas tropas Portuguesas. Para estas emboscadas a força era articulada em duas equipas, uma de armas automáticas e outra de granadas de mão sendo que o início da ação era despoletado por uma rajada (Afonso & Gomes, s.d., p. 134).

Em 1966, as minas e armadilhas foram amplamente utilizadas, principalmente no Leste. As minas anticarro tinham, muitas vezes, dispositivos de anti levantamento. Embora mais raros, também foram efetuados ataques e flagelações a campos Portugueses. Para estas ações, eram utilizados morteiros e canhões sem recuo.

Os acampamentos eram, por norma, construídos dentro de matas fechadas de forma a impedir que a aviação Portuguesa os detetasse (Afonso & Gomes, s.d., p. 136).

Na área das Operações Psicológicas, o MPLA lançou campanhas usando como veiculo as emissões de rádio e panfletos, procurando retirar às Forças Portuguesas a



vontade de combater, no entanto o seu maior esforço foi dirigido às populações (Afonso & Gomes, s.d., p. 136).

O apoio logístico do MPLA vinha, essencialmente, da Zâmbia. Das bases aí instaladas recebia armamento e munições, viveres embalados e medicamentos. Os géneros alimentares eram na sua maioria adquiridos localmente com a ajuda da população (Afonso & Gomes, s.d., p. 136).

(2) UNITA

(a) Origem

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi formalmente criada em março de 1966, no interior de Angola, no lugar de Tchocué do Muangai, distrito de Moxico, tendo como principal dirigente Jonas Malheiro Savimbi. O movimento contava com o apoio da população de etnia Ovimbindo, que constituía 35% da população Angolana (Afonso & Gomes, s.d., p. 69).

(b) Organização

A UNITA afirmava, em 1968, dispor de 66 destacamentos, embora no terreno fosse apenas possível identificar três, num total de quatro mil combatentes (Afonso & Gomes, s.d., p. 141).

(c) Atuação

Efetuiu a sua primeira ação armada em setembro de 1966, em Lucusse Calunga, com recurso a armas artesanais (Apêndice C). Efetuou também um ataque à linha de caminho-de-ferro de Benguela, importante para as FA mas, fundamentalmente, para o trânsito de mercadorias da Zâmbia o que levou a crescentes dificuldades de utilização do território zambiano.

Este movimento surge como opositor do MPLA pelo controlo do Leste de Angola, registando-se sucessivos confrontos entre estes dois movimentos (Afonso & Gomes, s.d., p. 69).



(3) UPA / FNLA

(a) Origem

Em 1958, a União das Populações Angolanas (UPA) tornou-se o movimento mais organizado e que mais simpatizantes tinha em Angola. O Exército de libertação Nacional de Angola (ELNA) constituía-se como o braço armado da UPA/Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). O líder da UPA/FNLA era Holden Roberto (Afonso & Gomes, s.d., p. 28; 139).

(b) Organização

Segundo a UPA/FNLA, o ELNA contava com 20 000 homens, tendo algumas dezenas tido treino na Tunísia e atuavam no interior de Angola. Em 1963, esse número subiria para os 28 000, na sua maioria estacionado na República Democrática do Congo e de onde partiam para as suas ações no interior de Angola. A sua principal base de apoio situava-se em Kinkuzu, na República Democrática do Congo, mas ao longo dos anos a relação entre estes dois atores foi-se deteriorando o que levou a que o ELNA fosse empurrado para o território de Angola.

Os efetivos organizavam-se da seguinte forma (Afonso & Gomes, s.d., pp. 139-140):

Grupos para entrar em Angola – 15 a 30 guerrilheiros e 150 carregadores

Grupos de caça e pesca – 10 a 20 homens com o mínimo de armas

Grupos de emboscadas – 10 a 20 homens com armas automáticas

Grupos de colocação de minas – 3 a 5 homens

(c) Atuação

Este movimento conduziu, a partir de 15 de março de 1961, uma vaga de ataques a fazendas, postos administrativos e destacamentos policiais na região do Norte de Angola, de onde obteve grande parte do armamento utilizado inicialmente (Apêndice C). Esses ataques vitimaram cerca de 1000 brancos e 6000 negros (Afonso & Gomes, s.d., p. 29).

Após a contraofensiva das FA, resultante dos ataques de março de 1961, a UPA/FNLA retirou a maior parte dos seus efetivos para a República Democrática do Congo, mantendo apenas pequenos núcleos de guerrilheiros na floresta do Dembos. A ação do ELNA no Leste da Angola surgiu no seguimento da abertura desta frente pelo MPLA.



c. Síntese Conclusiva

Respondendo à QD1, pode-se caraterizar o AO no TO, em 1961, como favorável aos movimentos subversivos, principalmente devido ao facto de as tropas portuguesas estarem dispersas por todo o território, em vez de concentrados numa área de perigo potencial, e de o comandante militar não poder rapidamente reunir forças (devido à extensão do TO e às capacidades limitadas das infraestruturas para servirem as necessidades de movimentos militares). Assim, foi impossível conter os incidentes iniciais sem recorrer a um reforço de meios, tendo os primeiros contingentes demorado 77 dias a chegar a Luanda por via marítima.



2. Evolução do Ambiente Operacional de Angola

Neste capítulo pretende-se fazer uma análise da evolução do AO do TO de Angola, no período de 1961 a 1974, nomeadamente no ambiente do espaço de batalha e na ameaça. Esta evolução foi realizada de acordo com os três períodos de investigação definidos inicialmente.

a. Análise do Ambiente do Espaço do Espaço de Batalha e da Ameaça

(1) 1º Período: 1961 a 1963

(a) Após o envio do primeiro grande reforço de forças, que chegou a Luanda em um de maio de 1961 por via marítima, as regiões dominadas pela UPA foram reocupadas e foi restabelecido a autoridade portuguesa no Norte de Angola. Em três de outubro o General Venâncio Deslandes afirmava que “as operações das FA terminaram e deram lugar à atividade de policiamento militar” (Afonso & Gomes, 2010, pp. 49-50);

(b) A vastidão da área de operações limitava o emprego eficaz da artilharia e da cavalaria nas suas missões principais. As unidades de Caçadores disponíveis revelaram-se insuficientes para controlar o território à sua responsabilidade (Afonso & Gomes, 2000, p. 396);

(c) O CIOE formou até 1961 unidades de Caçadores Especiais vocacionadas para missões de contrassubversão. Após o reforço de militares, em 1961, para o TO de Angola, a formação foi interrompida devido à falta de pessoal. A partir de então passou-se a ministrar apenas um estágio apenas a oficiais, tendo a eficácia para combate reduzido drasticamente (Cann, 2005, p. 98);

(d) No início de 1962, a área de guerrilha era limitada, com maior incidência de ações na região dos Dembos, onde o inimigo se escondia e efetuava ações violentas (CECA, 1988, p. 110);

(e) A primeira mina utilizada pelos movimentos de libertação contra as FA era antipessoal (AP) e foi colocada na estrada Zala - Vila Pimpa, no Norte de Angola, em seis de junho de 1962. A primeira mina anticarro (AC) surgiu seis dias depois, na pista da povoação de Bembe. Em 1963, a colocação de engenhos explosivos estendeu-se ao Leste e Cabinda (Afonso & Gomes, 2000, p. 314). Nos anos de 1963 a 1965, o inimigo passou a usar frequentemente armas de tiro curvo, lança-granadas e minas AC (CECA, 1988, p. 110.);



(f) Em julho de 1963, foram capturados documentos pertencentes ao MPLA, que demonstravam o esforço deste movimento para se preparar militarmente, uma vez que a sua atividade era essencialmente política. Estes documentos mostram uma evolução quanto às técnicas e doutrina de atuação específicas para o teatro de Angola. Além do avanço da doutrina, os movimentos revolucionários apresentavam uma maior diversidade de armamento (metralhadoras e morteiros) e, em alguns casos, os elementos já envergavam uniformes (CECA, 1998, p. 532);

(g) A partir de 1963, o FNLA conseguiu infiltrar material e combatentes através da fronteira Norte, tendo, desta forma, melhorado a sua organização militar (Cann, 2005).

(2) 2º Período: 1964 a 1966

(a) Em 1965, Alexandre Taty (“ministro do armamento” da UPA/FNLA), após um golpe mal sucedido à chefia de Holden Roberto, passou a lutar ao lado das tropas Portuguesas em Cabinda, trazendo com ele um número considerável, de 1200 combatentes (Cann, 2005, p. 47);

(b) Constatou-se que, a partir de 1966, apesar dos esforços da metrópole, os militares não vinham preparados convenientemente (Cann, 2005, p. 99);

(c) Em 1966 o MPLA abriu a frente Leste, com principal incidência na região do Luso e Serpa Pinto. Concomitantemente a UNITA começou a sua atividade armada, em dezembro de 1966, atacando um posto em Cassamba” (Cann, 2005, p. 153);

(d) Com o aumento da eficácia dos movimentos revolucionários, houve a “necessidade de criar tropas especiais capazes de efetuar operações de contra guerrilha” (CECA, 1998, p. 417).

(3) 3º Período: 1967 a 1974

(a) A partir de 1967 há um avanço das atividades subversivas a partir da fronteira Este (Afonso & Gomes, 2010, p. 397);

(b) A fonte de recrutamento, até 1968, residia em grande maioria na metrópole, momento em que Portugal atingiu o limite dos recursos humanos europeus, com graves lacunas nos oficiais subalternos e capitães (Cann, 2005, pp. 105-108);



(c) Os serviços civis, em Angola, estavam cada vez mais limitados dados os cortes orçamentais, não conseguindo, por isso, apoiar a população de forma eficaz nas atividades de contrassubversão (Cann, 2005, pp. 168-170);

(d) Alguns centros de instrução passaram a funcionar no TO de Angola, dado o aumento do recrutamento (Cann, 2005, p. 98);

(e) A UNITA, em 1969, tinha sofrido perdas na ordem dos 1500 efetivos, uma vez que atuava essencialmente a partir de bases no interior de Angola. Em 1971 estabeleceu um acordo com as forças portuguesas, cessando as atividades contra estas (Cann, 2005, p. 153)

b. Síntese Conclusiva

Respondendo à QD2, as principais alterações identificadas no AO, com reflexos diretos no emprego de forças terrestres, resumem-se, à variável militar e à ameaça. Relativamente à primeira, salienta-se as alterações implementadas na instrução de unidades especializadas para a contrassubversão, devido à limitação de recursos. Relativamente à ameaça realça-se a modernização dos armamentos utilizados e a transferência sucessiva do seu esforço para a zona Leste de Angola.



3. Alterações do Emprego das Forças da Componente Terrestre

Neste capítulo abordam-se, inicialmente, as principais evoluções registadas até ao ano de início dos conflitos, na doutrina; instrução, treino e tática; e na organização das forças. Posteriormente, identificam-se as principais alterações segundo os períodos definidos no percurso metodológico.

a. Evolução da Doutrina

O Exército Português, durante a década de 50, lançou um conjunto de iniciativas que constituíram as bases da preparação e construção da doutrina que viria posteriormente a ser adotada para a guerra subversiva. Para caraterizar a evolução da doutrina até ao início do conflito, realçam-se as ações que ocorreram entre 1953-1960:

- O Curso de Estado-Maior de Pequenas Unidades, ministrado no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), em 1953 (Cann, 2005, p. 61);
- Vários oficiais portugueses contataram com a doutrina militar francesa e britânica, oriunda das guerras subversivas da Indochina, Argélia, Malásia e Quênia (CECA, 1990, p. 138);
- É publicado um número especial do Boletim do IAEM com o título *A Guerra Revolucionária* que foi distribuído a todo o Exército, em dezembro de 1958 (Cann, 2005, p. 61);
- Após o início dos conflitos em 1961, é produzido o *Guia para o Emprego Tático das Pequenas Unidades*, que estabelece uma doutrina tática pormenorizada a ser adotada no terreno (Cann, 2005, p. 72).

b. Evolução da Instrução, Treino e Tática

Após a 2ª Guerra Mundial, com a consequente adesão de Portugal à *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), os conceitos associados à instrução são revistos de forma a uniformizar procedimentos táticos com países NATO e é criada, em 1953, uma grande unidade de caráter permanente, a Divisão Nun'Álvares, onde se aplica essa doutrina (CECA, 1988, p. 300).

Antes do início dos conflitos, realça-se a instrução ministrada no CIOE, criado em 16 abril 1960, que treinava tropas com as novas táticas de contrassubversão. São assim preparadas as primeiras três CCaçEsp, enviadas durante o ano de 1960 para Angola (CECA, 1990, p. 138).



c. Evolução da Organização

A organização inicial no TO de Angola era baseada em comandos territoriais subordinados a um QG, segundo a estrutura apresentada no primeiro capítulo. Após os primeiros incidentes, os comandos foram remodelados e o cargo de Comandante da Região Militar e o de Comandante-chefe foram separados, sendo que o segundo era simultaneamente o Governador-Geral da Província. O Comandante-Chefe era o coordenador dos três ramos, enquanto o Comandante da Região Militar conduzia as operações terrestres (Cann, 2005, p. 83).

d. Alterações provocadas pela variação do ambiente operacional

(1) 1º Período: 1961 a 1963

(a) Doutrina

Aplicação experimental da doutrina: O Exército, de forma a colmatar a ausência de um regulamento que só sai no final de 1963 e a complementar os conhecimentos dos seus quadros que se resumiam a um breve estágio no CIOE⁷, recorre à experiência dos seus oficiais nas campanhas de 1961 a 1963 e criou as notas para a atividade operacional de uma companhia de caçadores em Angola, com ensinamentos práticos e formas de proceder (CECA, 1990, p. 169).

Ainda durante o ano de 1961, por iniciativa do QG da Região Militar Angola (RMA), as unidades que desembarcavam em Luanda recebiam uma palestra ministrada por oficiais que tinham participado nas operações iniciais, de forma a promover a rápida difusão de conceitos.

(b) Instrução e Treino

Estágios nas unidades para generalizar a doutrina do CIOE: Quando deflagra o conflito, foi decidido difundir esta doutrina a todos os quadros do Exército. Face à limitada capacidade do CIOE⁸, constituíram-se equipas de instrutores e monitores para se deslocarem a outros centros de instrução e ministrarem estágios acelerados aos quadros mobilizáveis (CECA, 1988, p. 312).

⁷ Conforme referenciado em 2.a(1)(c).

⁸ Conforme referenciado em 2.a(1)(c)



(c) Organização

Adaptar as diferentes armas do Exército às missões de contrassubversão: Com a nova doutrina, as ações das forças portuguesas foram agrupadas em quatro grupos que apresentam as seguintes caraterísticas exigidas às forças que as executam (CECA, 1990, p. 123):

- “Quadrícula: capacidade de contato com a população”;
- “Isolamento: capacidade de vigilância especializada em barragens”;
- “Flagelação: espírito ofensivo, agressividade e resistência física e moral”;
- “Redução: espírito ofensivo, agressividade e prontidão operacional.”

Face à escassez de forças preparadas exclusivamente para este tipo de missões de contrassubversão (três CCaçEsp)⁹, o Exército recorreu às caraterísticas e à preparação das armas existentes na sua organização convencional, atribuindo-as diferenciadamente para cada tipo de ação. Assim, as forças de quadrícula eram constituídas prioritariamente por infantaria, dotada de meios auto; as forças de isolamento, por cavalaria (reconhecimento) dotada de meios auto, aviões ligeiros e helicópteros e as forças de flagelação e redução por tropas paraquedistas, Comandos e infantaria (Caçadores), baseadas em meios aeromóveis (CECA, 1990, p. 125).

Implementação do conceito de Quadrícula: Após ter sido restabelecida a autoridade portuguesa no Norte de Angola¹⁰, o Exército assumiu como prioridade a ocupação do território para dar visibilidade à presença das tropas no TO. Esta ocupação atingiu-se com a adoção do dispositivo de quadrícula¹¹, em que o território era dividido em setores da responsabilidade das unidades de manobra (normalmente Batalhão). As quadrículas eram subordinadas aos comandos superiores que poderiam ser comandos territoriais ou comandos de setor, consoante houvesse pouca ou muita atividade inimiga, respetivamente (CECA, 1990, p. 109).

Este dispositivo condicionou muito a forma de atuação das tropas uma vez que, ao assumirem uma postura defensiva com os meios muito dispersos e pouca disponibilidade de recursos para efetuar ações ofensivas rápidas e eficazes, perderam a iniciativa para a

⁹ Conforme referenciado em 2.a(1)(c).

¹⁰ Conforme referenciado em 2.a(1)(a).

¹¹ Este conceito de *quadrillage*, foi adotado a partir da experiência do exército francês na Argélia e requeria uma cooperação total entre militares, a polícia e a administração civil (Cann, 2005, p. 84).



guerrilha que passou a conhecer as rotinas e a localização da tropa portuguesa para a realização de emboscadas. (Afonso & Gomes, 2010, p. 50)

Alteração do dispositivo das forças terrestres: Criaram-se as zonas de intervenção a partir dos Comandos Territoriais. Esta alteração do dispositivo surge como uma reação à área ocupada pela guerrilha, que em meados 1962, tinha maior incidência de ações na região dos Dembos¹². Nesse ano o dispositivo foi remodelado, de forma a concentrar mais unidades nas regiões onde os movimentos subversivos se abrigavam e efetuavam ações violentas (CECA, 1988, p. 110).

(d) Emprego Tático das Unidades

Mobilizar unidades de Artilharia e Cavalaria como unidades de Infantaria Ligeira: As unidades mais adequadas a esta nova tipologia de missões são as unidades de infantaria ligeira, por poderem perseguir e destruir a guerrilha no seu terreno, utilizando a iniciativa e o elemento surpresa.

Face às caraterísticas apontadas do terreno¹³, e devido à falta de quadros e de instalações para formação de mais unidades de infantaria em tempo útil para satisfazer as necessidades, (Cann, 2005, p. 93), recorreu-se às unidades de artilharia e cavalaria que foram adaptadas em equipamento, organização e instrução e empregues como unidades de Caçadores, mantendo no entanto os nomes das armas origem (CECA, 1990, p. 126).

Início de operações de assalto com helicópteros: Para reagir às limitações da mobilidade da infantaria em terreno difícil como é o caso da região dos Dembos¹⁴, para responder à principal ameaça da guerrilha (que consistia na interdição das fracas comunicações terrestres com utilização de emboscadas¹⁵) e para destruir eficazmente bases inimigas (que após 1961 se refugiavam nas matas¹⁶), começou-se a utilizar os helicóptero em operações de assalto. A primeira operação deste tipo surgiu em outubro de 1962, na região de S. Salvador, numa operação conjunta do Batalhão de Cavalaria 345 e o Batalhão de Caçadores Paraquedistas 21. Este meio passou a ter um papel relevante após abril de 1963, com a chegada do Alouette III, e teve bastante sucesso em operações de assalto,

¹² Conforme referenciado em 2.a(1)(d).

¹³ Conforme referenciado em 1.a(7) e 2.a(1)(b).

¹⁴ Conforme referenciado em 1.a(7).

¹⁵ Conforme referenciado em 1.b(1)(c).

¹⁶ Conforme referenciado em 2.a(1)(d).



onde os portugueses adaptaram a sua utilização ao terreno, envolvendo o inimigo quando entravam em contato (Cann, 2005, p. 152).

Criação da Unidade Tática de Contra Infiltração (UTCI): Em 1963, para reagir às formas de ação utilizadas pela ameaça, que começou a infiltrar pela fronteira material e combatentes (FNLA)¹⁷, as operações militares doutrinárias foram adaptadas de forma a dar uma resposta adequada.

Um exemplo de operações que concorrem diretamente para o objetivo da contrassubversão, de impedir o apoio externo através das fronteiras, é a operação Interdição de Fronteira. Em Angola, foi efetuado o estudo da “Barragem da fronteira Norte” mas nunca foi implementado face ao encargo e às dificuldades de implementação devido ao terreno e vegetação ao longo da fronteira. Assim, surgiu um novo tipo de operação executado por tropas Paraquedistas, denominado por contra infiltração (CECA, 1990, p. 152).

A UTCI tinha por missão detetar e intersetar grupos da FNLA que se infiltravam em Angola pela fronteira Norte com reforços e reabastecimentos e se dirigiam para Sul para as suas “centrais”. A UTCI possuía um grupo de combate que tinha na sua constituição pisteiros de combate. Após a deteção pelas forças de quadrícula ou pelos pisteiros de combate, a operação era desencadeada (CECA, 1990, p. 173).

Criação de Patrulha de abertura: Nos anos de 1963, 64 e 65 o inimigo começou a usar frequentemente minas AP/AC em apoio às suas ações de interdição de comunicações terrestres e emboscadas sobre alvos móveis¹⁸. Para além da reformulação da doutrina e instrução das tropas¹⁹, as operações foram sendo corrigidas com a experiência dos comandantes de quadrícula. Uma das modificações foi a utilização de grupos de exploração para progredirem em áreas de emboscadas e grupos de desobstrução constituídos por quatro homens (“picas”), que vasculhavam o piso da estrada com uma vara metálica. Estes procedimentos, denominados de patrulhas de abertura, foram evoluindo à medida que o inimigo passou a combinar minas AC com minas AP e com a chegada de novos e mais eficazes pesquisadores de minas (CECA, 1990, p. 175).

¹⁷ Conforme referenciado em 2.a(1)(g).

¹⁸ Conforme referenciado em 2.a(1)(e).

¹⁹ Reforço das técnicas de segurança, reação a emboscadas e localização e neutralização de minas e armadilhas (Afonso & Gomes, 2010, p. 50).



Flexibilidade Operacional das Companhias e Batalhões: Esta adaptação foi implementada em 1963 na RMA e resulta da compilação da experiência de combate de dois comandantes de companhia no final das suas comissões. Surgiu como uma resposta à necessidade de maior flexibilidade operacional para reagir às ações violentas da guerrilha nos setores atribuídos²⁰ e ao terreno onde se abrigam²¹. Assim, de forma a melhorar o rendimento da unidade e dispor de maior número de unidades operacionais, a companhia passou a organizar-se em três ou quatro grupos de combate, consoante se pretendia grupos mais fortes com maior continuidade do esforço isolado do mesmo ou mais grupos para manter maior continuidade de ação para bater uma área maior. Esta adaptação permitia flexibilidade para um grupo descansar, um realizar missão de segurança imediata à unidade e dois estarem sempre aptos para operações (CECA, 1990, p. 131).

Juntamente com a flexibilidade referida, foram também transmitidas outras recomendações, de onde se realçam as alterações ao equipamento. O capacete metálico raramente era utilizado devido ao clima e às grandes distâncias a percorrer a pé e deveria ser aliviado. Para além disso era sugerido que os grupos deviam utilizar carregadores civis, para aliviar a carga dos combatentes (CECA, 1990, p. 170).

(2) 2º Período: 1964 a 1966

(a) Instrução e Treino

Criação do Centro Instrução de Comandos: Face ao reconhecimento de que a doutrina utilizada na instrução no CIOE era adequada à guerra contrassubversiva, esta foi generalizada aos centros formação em 1961, tendo como consequência a suspensão da formação de mais CCaçEsp²². Pelo facto de as praças deixarem de ser seleccionadas, o resultado foi uma generalização muito teórica e um rendimento prático insatisfatório²³ (CECA, 1988, p. 330).

A qualidade das forças mobilizadas foi-se degradando sucessivamente, assim, como reacção a este facto e à consciencialização que era uma utopia melhorar a instrução de todo o Exército, os chefes militares optaram pela organização de forças especiais denominadas de “Comandos”. A formação destes diferia das CCaçEsp do CIOE pois eram preparadas apenas para a intervenção operacional, não tendo funções de quadrícula nem formação

²⁰ Conforme referenciado em 2.a(1)(d).

²¹ Conforme referenciado em 2.a(1)(b).

²² Conforme referenciado em 2.a(1)(c).

²³ Conforme referenciado em 2.a(2)(b).



para contactar eficazmente com as populações. Após as primeiras experiências em 1962, para efetivos de pelotão, criou-se o Centro de Instrução de Comandos (CIC) em Angola, em 1965, com o intuito de se formar companhias e normalizar a formação de unidades deste tipo (CECA, 1988, p. 329).

(b) Emprego Tático das Unidades

Forças de Intervenção: As forças de intervenção surgiram da necessidade de reagir ao aumento da eficácia dos movimentos revolucionários²⁴, com novas doutrinas e armamento²⁵, e da notória diminuição da qualidade da instrução dos reforços que chegavam ao TO²⁶. Embora tenham sido utilizadas desde o início da campanha²⁷, atingiram resultados verdadeiramente relevantes com a formação dos Comandos no CIC.

Eram unidades de forças especiais dotadas de meios aeromóveis e substituíram as forças de flagelação e redução nas suas missões. Devido à dificuldade de dispor de efetivos suficientes de Paraquedistas e Comandos, eram constituídas também por elementos de Caçadores, Fuzileiros Especiais, unidades de Milícia e Grupos Especiais (CECA, 1988, p. 160).

Estavam estacionados em permanência no teatro sob a dependência do comandante-chefe, o que permitia muita flexibilidade de emprego. Estas assumiam um papel fundamental pois eram empregues em pequenas unidades de elite, em zonas onde o inimigo se encontrava mais forte ou em maior número, normalmente em reforço do comandante local (Cann, 2005, p. 94).

(3) 3º Período: 1967 a 1974

(a) Instrução e Treino

Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO): O sistema de instrução do contingente geral de praças implementado em 1961 era formado pela instrução básica (nove semanas), instrução especial (sete semanas) e pela IAO (três semanas) e que visava a integração das unidades constituídas (CECA, 1988, p. 323).

Com o incremento de mobilização, os turnos passaram de um por ano para dois em 1961, e posteriormente, para quatro. A quantidade estava assegurada mas a qualidade

²⁴ Conforme referenciado em 2.a(2)(d).

²⁵ 2.a(1)(f).

²⁶ Conforme referenciado em 2.a(2)(b).

²⁷ Conforme referenciado em 2.a(1)(c).



decaiu, devido a vários fatores: deficiência das infraestruturas; impreparação dos quadros (sempre em renovação) e pela convocação de mancebos menos válidos²⁸ (CECA, 1988, p. 313). Era também frequente que a IAO fosse reduzida devido à falta de infraestruturas, existência de zonas de treinos limitadas e pela necessidade de preparar o embarque das forças (Cann, 2005, p. 98).

Este facto foi várias vezes referenciado nos relatórios anuais de instrução dos comandantes das regiões militares e teve como consequência a realização regular da 2ª parte da IAO no Teatro, a partir de 1972. Desta forma, garantia-se à unidade recém chegada um período de adaptação ao clima e às caraterísticas da atividade operacional, antes de esta entrar em setor, melhorando o seu desempenho em combate.

Relativamente à doutrina ministrada na instrução, já era baseada na segunda versão do guia *O Exército na Guerra Subversiva*, em vigor a partir de 1966.

Africanização das Forças: Com o plano do Exército desenvolvido em 1968, com o intuito de nivelar as percentagens de recrutamento da metrópole com as províncias²⁹, os índices de recrutamento local aumentaram cerca de um terço, surgindo novos centros instrução no TO³⁰. Desta forma, Portugal atingiu três objetivos: aliviou a pressão de recrutamento, com os consequentes benefícios na praça pública e mantendo as necessidades de efetivos necessários; garantiu um maior envolvimento dos africanos na própria defesa (maior identificação à causa portuguesa) e diminuiu os custos gerais dos efetivos, por ser mais barato formar e treinar em Angola, sem os custos de transporte (Cann, 2005, p. 126).

Cursos de Comandantes de Companhia do Curso de Oficiais Milicianos (COM): Para fazer face às limitações do recrutamento na metrópole para Oficiais Subalternos e Capitães do Quadro Permanente (QP)³¹, iniciam-se em 1970 estes cursos com duração de 14/15 meses que ficaram conhecidos por “capitães de aviário”³². Os centros de instrução de quadros de milicianos, também deixaram de funcionar exclusivamente com instrutores QP, devido ao escasso número de subalternos. Estas duas alterações tiveram reflexos negativos na qualidade da instrução e enquadramento de tropas no TO (Afonso & Gomes, 2010, p. 539)

²⁸ Conforme referenciado em 2.a(2)(b).

²⁹ Conforme referenciado em 2.a(3)(b).

³⁰ Conforme referenciado em 2.a(3)(d).

³¹ Conforme referenciado em 2.a(3)(b).

³² Designação utilizada pelos Coronéis Aniceto Afonso e Carlos Gomes na sua obra *Os anos da Guerra Colonial: 1961-1975*.



(b) Organização

Reorganização do dispositivo: Face ao agravamento da situação militar no Leste de Angola³³, foi elaborada a “Diretiva Geral – Angola em Armas”, em 30 março de 1968, que reorganizou o dispositivo em zonas militares, agrupando dois ou mais setores e áreas militares, em zonas onde a subversão ativa não permitisse o normal funcionamento das autoridades civis e o funcionamento seguro dos serviços e empresas (região dos Dembos). Assim, foram formadas a Zona Militar Norte (ZMN) e Leste (ZML) e Área Militar Nº1 (AM1), agrupando as zonas tradicionais da guerrilha. Relativamente à ZML, apenas foi reforçada com um batalhão, mantendo-se a prioridade de esforço a Norte.

A ZML, após o general Costa Gomes assumir o comando, foi novamente reorganizada em 1972, com a criação de um novo setor de Bié e um reforço considerável de meios, passando de seis batalhões (da reestruturação de 1968) para 12. O comando da ZML dispunha de 55 companhias, duas de Comandos, dois esquadrões a cavalo e uma bateria de artilharia de campanha 8,8 cm (Nunes, 2002, p. 26).

O comandante da ZML, na dependência do comandante-chefe, dispunha de competências acrescidas, patentes no comando conjunto, que lhe permitia planear e coordenar toda atividade operacional em conjunto com as operações de informação e contra informação e a ação psicológica. Resumidamente, pretendia-se descentralizar toda a atividade operacional num comando único que coordenasse os meios dos três ramos e integrasse as forças auxiliares. Para além disto, pretendia-se coordenar as funções de segurança, contrassubversão e informação com as outras estruturas (Nunes, 2002, p. 51).

Enquadramento das Forças Auxiliares pelas FA: Estas forças existiram desde 1961 e diferem das forças normais ou regulares apenas pelo recrutamento que podia ser de várias fontes. A partir da Diretiva Geral – Angola em Armas de 1968, a atividade de contrassubversão que se encontrava desconexa³⁴, passou a ser coordenada pelas FA. Isto incluía a integração das forças auxiliares na atividade operacional (Nunes, 2002, p. 50).

Na ZML, eram cerca de 12 000 (cerca de 50% do total), que atuavam operacionalmente sob o controlo do comando da ZML. Realçam-se as Milícias, que armadas com espingardas de repetição faziam a autodefesa das populações (Nunes, 2002, p. 67).

³³ Conforme referenciado em 2.a(3)(a).

³⁴ Conforme referenciado em 2.a(3)(c).



Forças auxiliares que não atuavam na ZML eram, por exemplo, as tropas especiais. Estas surgiram em 1965 e 1966, fruto de divergências entre cabindas e não cabindas de combatentes do UPA e do MPLA³⁵, e apresentaram-se na cidade de Cabinda para colaborar com as forças portuguesas. Estes guerrilheiros apresentavam bons níveis de instrução e foram utilizados em conjunto com as forças especiais portuguesas ao longo da fronteira em Cabinda (Nunes, 2002, p. 63).

(c) Emprego Tático das Unidades

Caça: Em 1969 e em 1970, o comando da RMA decidiu atuar com força na ZML para atingir os pontos vitais do MPLA e travar o seu avanço³⁶. Para tal constituiu um agrupamento, designado “Siroco 1969/1970”, formado por um agrupamento aéreo e três companhias de Comandos, que executou uma manobra tática que exigia empenhamento prolongado, meios aéreos disponíveis em permanência, forças helitransportadas e forças para ações nas áreas vizinhas. Esta manobra denominada “Caça”, previa a atuação de uma companhia de Comandos, organizada em grupos de combate (unidade móvel), uma companhia em alerta a pedido da primeira para atuar de helicópteros sobre grupos inimigos e uma terceira em reserva. Desta forma, o MPLA perdeu a sua grande vantagem que era a mobilidade no terreno (Nunes, 2002, pp. 45-49).

Com o incremento da atividade operacional dos Agrupamentos Siroco, o problema do Leste foi resolvido (Nunes, 2002, p. 50)³⁷.

Esquadrões de reconhecimento a cavalo “Dragões”: Em 1966, a zona Leste de Angola tornou-se uma prioridade³⁸. Caraterizada por largas planícies de savanas e elevado capim e abundância de rios, eram muito extensas para serem patrulhadas a pé e desadequadas para viaturas. O helicóptero, para além de ser um meio muito escasso³⁹, era considerado ineficaz para terrenos destas caraterísticas e não permitia um contato com a população (Cann, 2005, p. 153).

A solução de baixo custo adotada para esta nova extensão do conflito, foi a criação de uma força de cavalaria em 1971, constituída por dois esquadrões de reconhecimento a cavalo, com 150 militares, conhecidos por “Dragões”. Estes combinavam a mobilidade do

³⁵ Conforme referenciado em 2.a(2)(a).

³⁶ Conforme referenciado em 2.a(3)(a).

³⁷ Conforme referenciado em 2.a(3)(e).

³⁸ Conforme referenciado em 2.a(2)(c).

³⁹ 1970: Existiam 19 helicópteros e dois Pumas AS 330 para 400 000 km² da zona Leste.



terreno irregular com a capacidade para perseguir guerrilheiros, mantinham o contato com a população e tinham capacidade para isolar os guerrilheiros nestas vastas extensões do terreno. Acrescia o facto de que, em cima do cavalo, tinham uma vantagem tática por conseguirem ver por cima do alto capim. O conceito de operação era misto, pois deslocavam-se de cavalo em patrulhas de pelotão (30 militares) até próximo do objetivo e depois progrediam como infantaria no ataque aos objetivos (Cann, 2005, p. 158).

e. Síntese Conclusiva

Respondendo à QD3, pode-se organizar as principais alterações verificadas na organização, instrução e treino, doutrina e emprego tático de unidades, em três causas: adaptação ao território, adaptação à ameaça e adaptação aos recursos disponíveis, sendo que a lógica que sempre prevaleceu foi precisamente a implementação de uma estratégia económica que permitisse executar uma campanha de baixa intensidade durante o máximo tempo possível.

Ao nível da organização, salienta-se a adoção do conceito de quadrícula. Ao nível tático, foi decisivo a flexibilidade operacional das Companhias e dos Batalhões, de forma a aumentar a iniciativa que se perdeu com o conceito de quadrícula. A doutrina adaptou-se às necessidades e evoluiu de uma fase inicial praticamente inexistente, com base apenas numa abordagem teórica fornecida pelas experiências de outros países e na experiência acumulada dos primeiros anos de combates para um regulamento *O Exército na Guerra Subversiva*.

Relativamente à instrução e treino, esta foi sendo sucessivamente adaptada ao longo do conflito de forma a dar resposta à falta de recursos, de onde se realça a africanização das forças.



Conclusões

Para identificar o impacto da evolução do AO de Angola no emprego das forças da componente terrestre entre 1961 e 1974, questão central definida para este trabalho, este foi estruturado em três capítulos. No primeiro caraterizou-se o objeto de estudo de acordo com o modelo de análise do IPB em vigor para operações de apoio à contrassubversão e operações de estabilização. No segundo capítulo foram identificadas as evoluções no ambiente do espaço de batalha e nos três movimentos subversivos principais com impacto no emprego das forças da componente terrestre, para os períodos em estudo. Por último foram identificadas as alterações ao nível da doutrina, organização de forças, instrução e treino e emprego tático das unidades, provocadas pelas transformações identificadas no capítulo anterior.

O início do conflito foi antecedido por uma série de reformas militares que denotavam a preocupação crescente com o Ultramar, no entanto, o efetivo e dispositivo presentes em Angola era claramente desadequado para fazer face aos desafios que surgiriam em 1961. As infraestruturas de Angola eram insuficientes e as que existiam estavam naturalmente voltadas para o exterior, ou seja, em fazer chegar os bens do interior ao litoral e deste para a metrópole.

A vasta área e a diversidade das regiões de Angola dificultavam as operações, nomeadamente na zona de fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo (região de Dembos) onde se iniciaram as atividades terroristas a coberto do rio Congo e da vegetação abundante.

Os três movimentos principais a atuar no TO tinham como caraterísticas de atuação comuns as ações rápidas e a exploração do fator surpresa. Atuavam em pequenos grupos com recurso a emboscadas e armadilhas para flagelar as tropas portuguesas e evitavam empenhar-se decisivamente. Tanto o MPLA como a FNLA tinham santuários em países vizinhos a Angola, onde tinham as suas bases de treino e os seus estados-maiores; a UNITA, embora tentasse conseguir o apoio da Zâmbia, nunca conseguiu garantir uma retaguarda firme neste país, tendo operado a partir do interior de Angola na região de Moxico.

O AO no TO de Angola, em 1961, era desfavorável a Portugal e facilitou o rápido alastramento das ações violentas dos movimentos subversivos. Os seus efetivos militares pouco numerosos estavam mal preparados para a guerra contrassubversiva o que, associados às infraestruturas insuficientes e à vastidão do TO, facilitava as ações inimigas



que atuavam em pequenos grupos com recurso a emboscadas e armadilhas para flagelar as tropas portuguesas.

As principais alterações identificadas no AO com reflexos diretos no emprego de forças terrestres resumem-se principalmente à variável operacional militar e à ameaça. Após o início dos conflitos, assistiu-se a um reforço do efetivo militar do TO, através de vários contingentes deficientemente preparados para a guerra subversiva e dimensionados às características físicas do TO. As únicas forças especialistas nestes cenários, as CCaçEsp, deixaram de ser formadas em detrimento da formação apressada de Batalhões de Caçadores. Com o desenrolar do conflito verificou-se também que o esforço de recrutamento foi sendo sucessivamente transferido da metrópole para o TO com a criação inclusive de vários centros de instrução.

Relativamente à ameaça, os movimentos subversivos estavam inicialmente limitadas ao Norte de Angola, sendo conduzidas por elementos mal equipados e preparados. Esta situação evoluiu com alguma rapidez, sendo que em 1963 já atuavam no Leste e em Cabinda, conduzindo ações com armamento diversificado e moderno. A partir de 1966 há uma intensificação da atividade no Leste fruto da atuação do MPLA e da UNITA. Este último cessou as suas atividades em 1971.

Podemos englobar as principais alterações verificadas na organização, instrução e treino, doutrina e emprego tático de unidades, ao longo dos três períodos de estudo, em três causas: adaptação ao território, adaptação à ameaça e adaptação aos recursos disponíveis.

Ao nível da organização, Portugal implementou um conjunto de alterações no dispositivo, para se adaptar de forma prática e eficaz à melhor forma de bater o In e proteger as populações, patente nas várias reorganizações e na adoção do conceito de quadrícula. Este, embora fundamental para estreitar o relacionamento com as populações, tinha falhas porque exigia um número elevado de militares dedicados e diminuía o espírito ofensivo das nossas forças, tornando-as vulneráveis.

Ao nível tático, para além de várias soluções que visavam uma adaptação pontual ao terreno ou à ameaça, foi decisivo a importância da flexibilidade operacional das Companhias e dos Batalhões, de acordo com a missão e a situação, de forma a reforçar o número de grupos de combate e aumentar a iniciativa que se perdeu com o conceito de quadrícula. Para além disso, a constituição de forças de intervenção, bem treinadas e eficazes em qualquer tipo de terreno contribuiu para a obtenção da iniciativa.

A doutrina baseou-se, numa fase inicial, numa abordagem teórica fornecida pelas experiências de outros países e na experiência acumulada dos primeiros anos de combates,



como é reflexo o guia para o emprego tático das pequenas unidades e as notas para a atividade operacional de uma Companhia de Caçadores. Posteriormente foi publicado o regulamento “O Exército na Guerra Subversiva”.

Relativamente à instrução e treino, as unidades mobilizadas após o início dos conflitos deixaram de estar convenientemente preparadas porque o CIOE deixou de formar unidades especialistas contra a guerra subversiva, recebendo os quadros apenas um estágio acelerado. Esta situação teve reflexos negativos no TO e só foi corrigida com a IAO ministrada no TO a partir de 1972. A instrução foi sendo sucessivamente adaptada ao longo do conflito de forma a dar resposta à falta de recursos, de onde se realça a africanização das forças. Desta forma Portugal aliviou a pressão do recrutamento na metrópole, reduziu custos e envolveu os africanos na causa portuguesa.

Resumindo, neste conflito Portugal passou por uma transformação profunda nas suas FA que se adaptaram de uma força convencional para uma força de contrassubversão. Esta transformação foi acompanhada por uma evolução dos movimentos subversivos, que expandiram as suas áreas de ação do Norte para o Leste de Angola e modernizaram o equipamento utilizado.

Respondendo à QC, foram identificados diversas alterações no emprego das forças terrestres provocados por evoluções no AO, que apresentam como característica comum uma base economicista. Sendo um dos países mais pobres da Europa Ocidental, Portugal não possuía um aparelho económico nem recursos humanos suficientes para apoiar adequadamente uma ação militar a mais de 7000 km da metrópole, condicionando-o a adotar, sempre que possível, uma estratégia de poupança de recursos em que, para obter sucesso, tinha que operar de forma correta e económica durante um longo período de tempo.

Como recomendações decorrentes do estudo efetuado propõe-se que este seja alargado aos outros teatros africanos, de forma a documentar toda a campanha e a permitir averiguar num futuro, a eventual correlação de determinadas alterações implementadas, nas áreas em estudo, com fatores exógenos a cada teatro de operações.



Bibliografia

Afonso, A., 2009. Guerra Colonial: Uma Aliança Escondida. *Nação e Defesa*, outono-inverno, pp. 217-230.

Afonso, A. & Gomes, C. M., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Noticias.

Afonso, A. & Gomes, C. M., 2010. *Os anos da Guerra Colonial: 1961.1975*. Lisboa: QuidNovi.

Afonso, A. & Gomes, C. M., s.d. *Guerra Colonial Angola-Guiné-Moçambique*. s.l.:Diário de Noticias.

Antunes, J. F., 1995. *A Guerra de África: 1961 -1974*. s.l.:Círculo de Leitores.

Cann, J. P., 2005. *Contra-Subversão em África: Como os portugueses fizeram a guerra em África*. Lisboa: Prefácio.

CECA, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988. *Resenha Historico-Militar das Campanhas de Africa (1961-1974): I Enquadramento Geral..* 2ª ed. Lisboa: Beira Douro, Lda.

CECA, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1990. *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Pentaedro.

CECA, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1997. *Resenha Historico-Militar das Campanhas de Africa (1961-1974): II Dispositivo das Nossas Forças..* 2ª ed. Lisboa: Estado Maior do Exército.

CECA, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1998. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): VI Aspectos da Actividade Operacional*. Lisboa: s.n.

Exército Português, 2010. *PDE 02-09-00 Estudo do Espaço de Batalha pelas Informações*. s.l.:s.n.

Exército Português, 2012. *PDE 03-00 Operações*. s.l.:s.n.

Ferreira, J. M., 2000. Forças Armadas e o Regime Autoritário. *Nação e Defesa*, verão, pp. 107-122.

Fontoura, N. V. e. M. P., 1995. A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial: Uma tentativa de síntese.. *Análise Social - revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, pp. 1193-1208.

IESM, Instituto de Estudos Superiores Militares, 2013. *Notas para IPB na Contrassubversão e Operações de Estabilização*, Lisboa: s.n.



Lousada, A. P., Escorrega, L. F. & Menezes, A. C., 2011. *Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português*. Lisboa: Jornal do Exército.

Nunes, A. P., 2002. *Angola (1966-1974): Vitória Militar no Leste*. Lisboa: Tribuna da História.

Teixeira, N. S., 1999. Portugal e a NATO: 1949-1999. *Nação e Defesa*, primavera, pp. 15-41.

Telo, A. J., 1999. Portugal e a NATO (1949-1976). *Nação e Defesa*, primavera, pp. 43-84.

U.S. Central Intelligence Agency, 1973. *Angola - Vegetation*. [Imagem electrónica] Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/angola.html> [Consult. 05 Jan. 2015]

Vaz, N. M., s.d. Acerca do Conceito Estratégico de Defesa Nacional: Dos anos 60 à actualidade. *Nação e Defesa*, pp. 49-71.



Apêndice A – Contexto

Organizando o tema em estudo nas suas principais vertentes (Caraterizar o ambiente operacional, identificar a sua evolução no período em estudo e relacionar essa evolução com as alterações doutrinárias e instrução) realçam-se os seguintes estudos e autores que enquadram esta temática:

A investigação levada a cabo por John P. Cann (2005), historiador norte-americano que se dedica ao estudo destas campanhas, descreve que a abordagem efetuada pelos portugueses foi diferente de outros países e que lhes permitiu superar dificuldades geográficas e os recursos limitados, conseguindo deter os movimentos nacionalistas. Segundo o autor, Portugal efetuou um combate de baixa intensidade, durante um período prolongado e com recursos limitados, obtendo sucesso militar. Para tal, Portugal desenvolveu a sua doutrina de modo a atingir este fim através do estudo das experiências francesas e britânicas e treinou as suas tropas nos métodos de conduzir conflitos desta natureza, reorganizando o Exército de forma a dar ênfase às pequenas unidades de infantaria ligeira.

Na sua doutrina, empregam-se métodos e equipamentos simples, que pudessem ser facilmente compreendidos e utilizados pelas forças e de acordo com a baixa tecnologia da guerrilha, de forma a não aumentar exponencialmente os custos do combate. É salientado pelo autor como crucial para o desfecho das operações o facto do Exército Português ter estabelecido as bases da doutrina antes do conflito e de a ter desenvolvido experimentalmente nos primeiros anos. Assim atingiu dois objetivos, valorizou-se com a experiência de forças militares de outros países que tinham lutado em situações semelhantes e evitou empenhar forças pouco ou mal treinadas. O Exército, conjuntamente com o desenvolvimento da doutrina, converteu-se numa preparação de forças de contrassubversão, transformando-se de um Exército treinado e organizado para combater uma guerra convencional na Europa, para um outro, estruturado em ligeiras unidades de infantaria para a contrassubversão.

A *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): Enquadramento Geral* (1988), elaborada pela Comissão para o Estudo das campanhas de África (CECA), apresenta numa primeira fase um enquadramento geral dos antecedentes históricos e militares dos 13 anos da campanha e numa segunda fase sintetiza a situação do Exército, da sua organização, estruturas de comando, pessoal, material, instrução,



informações e segurança e ação psicológica, logística e administração e finanças, referindo as alterações mais significativas verificadas nesse período nos três teatros de operações.

Este livro resume a evolução da ameaça no teatro de Angola ao longo da campanha. Relativamente à instrução das tropas, conclui-se que o seu nível nunca satisfaz quem a programava nem os Comandos operacionais, excetuando-se os “Caçadores Especiais” e os “Comandos”. Contudo, é realçado que o esforço desenvolvido nessa atividade pelo Exército, face às carências de pessoal e das estruturas, foi extraordinário e que a dedicação e a capacidade de adaptação e improvisação de pessoal supriam frequentemente as deficiências e permitiam que as nossas tropas demonstrassem em campanha uma eficiência reconhecida pelas mais qualificadas entidades nacionais e estrangeiras.

A Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): Dispositivo das Nossas Forças (CECA, 1997), analisa vários temas onde se caracteriza o território de Angola. Realçam-se, entre outros, a caracterização física do território, onde se estudam a situação e limites, orografia, hidrografia, clima, flora e fauna; a população onde é efetuado um resumo histórico da demografia, etnografia e económica atividade missionária; a atividade económica (agricultura, pecuária, pesca, indústria e comércio); e o governo e administração que analisa a divisão administrativa, a saúde e higiene e a educação e cultura. Neste volume é também caraterizada a evolução temporal do dispositivo operacional das nossas tropas.

O Subsídio para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África: 1961-1974 (CECA, 1990), analisa domínios como a estratégia, a tática, a logística e diversas técnicas de Estado-Maior (EM) e traduz a aplicação correta da doutrina dos regulamentos, de onde se destaca o regulamento “O Exército na Guerra Subversiva” na versão de 1963 ou na versão melhorada de 1966, na execução das operações.

A Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): Aspectos da Actividade Operacional (CECA, 1998), analisa pormenorizadamente os antecedentes do conflito, nomeadamente as causas do agravamento político e os alertas que as autoridades de Angola enviaram para a metrópole nos últimos anos da década de 50 e que tiveram os primeiros reflexos nos ataques de Luanda de quatro de fevereiro de 1961 e a partir de 15 de março de 1961 já sobre a forma de guerrilha. Neste livro são caraterizados os movimentos políticos de coordenação anticolonial, os movimentos não angolanos com influência na subversão em Angola, os partidos emancipalistas de Angola, nomeadamente os defensores do uso da força e hostis à presença de Portugal, os defensores da não-violência e da colaboração com Portugal e as seitas religiosas.



Neste livro é caraterizada a doutrina militar do inimigo, o terreno, as nossas tropas, a população e as milícias em 1961, e é efetuada uma síntese da situação militar no final de 1964 no que respeita ao inimigo e às Nossas Forças.

Em *Guerra de África: 1961-1974*, Antunes (1995) descreve cronologicamente, numa primeira parte, os acontecimentos mais relevantes dos 13 anos das Campanhas de África e, numa segunda parte, regista o testemunho de dezenas de personalidades que tiveram uma ação relevante em Portugal e África, desde ministros dos Governos de Salazar e Caetano, dirigentes da oposição do Estado Novo, Chefes de Grupos Nacionalistas, Governadores-gerais e Comandantes-Chefes, Diplomatas, Militares, Empresários, Jornalistas, entre outros.

Em *Angola 1966-1974: Vitória Militar no Leste*, António Nunes (2002) analisa o contexto estratégico e o posicionamento das grandes potências mundiais em relação ao conflito, carateriza os movimentos independentistas principais, como a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União das Populações Angolanas (UPA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e as FA, com o seu conceito estratégico e as capacidades de cada ramo, e descreve a evolução dos acontecimentos até à vitória a Leste de Angola em 1974 com uma nova estratégia iniciada em finais de 1968. Esta nova estratégia portuguesa baseava-se numa atuação conjunta da FAP, Infantaria, Forças terrestres da Marinha, Grupos especiais angolanos militarizados, tropa angolana de 2ª linha e milícias da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), em conjunto com uma política psicossocial e uma estratégia de terra queimada.

A publicação do Jornal do Exército, *Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português* (Lousada, et al., 2011), na análise que faz ao Comando da Componente Terrestre na Operação Tridente, do Coronel Fernando Cavaleiro, carateriza a conjuntura político-estratégica de Portugal entre 1961 e 1974 e avalia a estratégia militar portuguesa em Angola.

No artigo *Acerca do conceito estratégico de defesa militar nacional – dos anos 60 à atualidade* Vaz (s.d.), o autor identifica linhas de ação da força política do estado, enquadrantes no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) no período inicial do estudo. Deteta algumas orientações estratégicas permanentes e não permanentes, de onde se destacam a descolonização dos territórios ultramarinos até à independência de Angola em novembro de 1975.



No artigo *Portugal e a NATO: 1949-1999*, Teixeira (1999) analisa o porquê do convite a Portugal, o porquê de ter aceitado o convite e as consequências imediatas da entrada de Portugal na NATO na evolução do país ao nível da política externa, da política de defesa e da própria política interna.

No artigo *Portugal e a NATO (1949-1976)*, Telo (1999) realça a tentativa falhada da “geração NATO” em inverter a estratégia Militar com a abrilada de 1961 e refere a mudança da política dos EUA para África em 1959, no final da administração de Eisenhower e não no começo da administração de Kennedy.

No artigo as *Forças Armadas e o regime Autoritário*, Ferreira (2000) identifica um período de progressiva autonomia da instituição militar face ao regime salazarista e descreve as críticas à política colonial em relação à doutrina, manobra, coordenação de Comandos e sistemas de forças, assim como o número de meios e materiais para o esforço da guerra.

O Coronel Aniceto Afonso (2009), no artigo *Guerra Colonial – Uma Aliança Escondida*, descreve as alterações da política entre Portugal e a África do Sul em 1970 e o acordo designado por “Exercício de Alcora” para conseguir um esforço coordenado tripartido entre Portugal, a Rodésia e África do Sul, tendo em vista fazer face à ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral.



Apêndice B – Base concetual

A base conceitual que será adotada para efetuar a análise é retirada da doutrina mais atual do Exército Português, nomeadamente das Publicações Doutrinárias do Exército Português (2010) e (2012). Destas, realçam-se os seguintes conceitos:

- Ambiente operacional

É um conjunto de condições, circunstâncias e fatores influenciadores que afetam o emprego de forças militares e a tomada de decisões. O AO inclui vários domínios, é diferente para cada operação e evolui com o seu decurso. Inclui o conhecimento de todos os sistemas inimigos, adversários, amigos e neutrais no espectro do conflito, do ambiente físico, da governação, dos recursos e da cultura da população local (Exército Português, 2012, p. 1_1).

- Ameaça

Estados, organizações, pessoas, grupos ou condições com capacidade para danificar ou destruir vidas humanas, recursos vitais ou instituições. Podem ser divididas em quatro categorias: tradicionais, irregulares, catastróficas e desestabilizadoras (Exército Português, 2010, p. B_2).

- Ameaças irregulares

São as ameaças constituídas por oponentes que empregam meios não convencionais para atingirem os seus objetivos. A guerra irregular recorre normalmente a meios como o terrorismo, a subversão e a guerra de guerrilha (Exército Português, 2012, p. 1_6).

- Contrassubversão

Engloba todas as ações militares, paramilitares, políticas, económicas, psicológicas e civis organizadas por um governo para terminar com a subversão (Exército Português, 2012, p. 2_10).

- Doutrina

Conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional do Exército na prossecução dos objetivos nacionais (Exército Português, 2010, p. B_10).

- Intelligence Preparation of Battlefield (IPB)



É um processo de análise da ameaça e do AO, executado de uma forma sistemática e contínua, numa área geográfica específica que serve para apoiar o processo de decisão e os estudos do EM (Exército Português, 2010, p. B_12).

- **Guerra subversiva**

Ação levada a cabo com o objetivo de derrubar pela força um governo ou poder instituído. A motivação é política e resulta em violência não limitada a um território ou país, podendo terminar na eclosão de um conflito militar clássico (Exército Português, 2010, p. B_13).

- **Processo operacional**

Processo que compreende as atividades relacionadas com planear, preparar, executar e avaliar. A condução do processo operacional pelo Comandante, auxiliado pelo seu EM, inicia-se com a compreensão do problema através do estudo pormenorizado do AO e inimigo (Exército Português, 2012, p. 2_26).

- **Variáveis operacionais**

As forças terrestres usam as variáveis operacionais para entenderem o AO onde atuam. As variáveis são inter-relacionadas e serão consideradas as seguintes: política, militar, economia, social, informação, infraestruturas, ambiente físico e tempo disponível (Exército Português, 2012, p. 1_8).



Apêndice C – Armamento utilizado

O armamento utilizado inicialmente pelos grupos inimigos era muito rudimentar e consistia em canhangulos que eram uma espingarda rudimentar de construção nativa, carregada pela boca e eficaz a curtas distâncias (25 a 30 m), devido à grande carga de chumbo usado, pregos e outros pedaços de metal. Embora não fosse uma arma de precisão, tinham grande poder de penetração, sendo utilizados originalmente pelos nativos para caçar elefantes. Utilizavam também catanas, que eram uma arma branca com uma lâmina de 40 a 50 cm de comprimento, geralmente usadas nos trabalhos agrícolas (CECA, 1998, p. 254).

Posteriormente, numa fase após os conflitos passaram a dispor de armas roubadas aos colonos, às patrulhas das nossas tropas ou capturadas nos postos administrativos e que lhes permitiu um reequipamento considerável. Realçam-se espingardas desportivas de caça grossa, caçadeiras, caçadeiras, pistolas-metralhadoras F.B.P e granadas (CECA, 1998, p. 254).

Após esta fase inicial, os movimentos reequiparam-se a partir de apoios externos de onde se realça os seguintes materiais:

- Armamento utilizado pelo MPLA:

Pistola Tokarev

Pistola-Metralhadora 9mm M/25

Pistola-Metralhadora 7,62mm PPSH

Espingarda Semiautomática Simonov

Espingarda Automática Kalashnikov

Metralhadoras Ligeiras e Pesadas

Morteiro 82mm

Lança granada-foguete (Introduzidos em 1970, 1º relato 22Set70)

Minas AP e AC

- Armamento utilizado pelo UPA/FNLA:

O ELNA dispôs sempre de armamento de qualidade e em quantidade suficiente, em que o principal era:

Espingardas Simonov

Espingardas Kalashnikov

Pistolas Tokarev



Morteiros 60mm

Morteiros 81mm

Lança granadas foguete

- Armamento utilizado pela UNITA:

O armamento era constituído maioritariamente por armas artesanais sendo o armamento moderno pouco utilizado, o que produzia um potencial de combate reduzido. Embora a qualidade do material fosse melhorando com o passar dos anos, o movimento teve sempre grande dificuldade neste campo.



Apêndice D – Quadro resumo por período

	1º Período: 1961 a 1963	
	Causa	Alteração
Doutrina	<ul style="list-style-type: none">Falta de doutrina no Exército adaptada à Guerra Subversiva no início do conflito.	<ul style="list-style-type: none">Aplicação experimental da doutrina.
Instrução e Treino	<ul style="list-style-type: none">Limitada capacidade do CIOE em aprontar forças.	<ul style="list-style-type: none">Estágios nas unidades para generalizar a doutrina do CIOE.
Emprego Tático	<ul style="list-style-type: none">Falta de quadros e de instalações para formar unidades de Infantaria de acordo com as necessidades.	<ul style="list-style-type: none">Mobilizar unidades de Artilharia e Cavalaria como unidades de Infantaria Ligeira.
	<ul style="list-style-type: none">Limitada mobilidade da Infantaria;Ineficácia na destruição de bases inimigas;Vulnerabilidade a emboscadas inimigas em itinerários.	<ul style="list-style-type: none">Início de operações de assalto com helicópteros.
	<ul style="list-style-type: none">Vulnerabilidade da fronteira Norte (Infiltração material e combatentes).	<ul style="list-style-type: none">Criação da Unidade Tática de Contra Infiltração (UTCI).
	<ul style="list-style-type: none">Uso frequente de minas AP/AC por parte do inimigo.	<ul style="list-style-type: none">Criação de Patrulhas de Abertura.
	<ul style="list-style-type: none">Resposta ineficaz a ações violentas da guerrilha nos setores atribuídos (quadrícula) e a missões inerentes à quadrícula.	<ul style="list-style-type: none">Flexibilidade Operacional das Companhias e Batalhões: Companhias organizadas em três ou quatro grupos de combate.
Organização	<ul style="list-style-type: none">Escassez de forças preparadas para missões de contra subversão.	<ul style="list-style-type: none">Adaptar as diferentes armas do Exército às missões de contrassubversão.
	<ul style="list-style-type: none">Necessidade materializar a ocupação do território sublevado e a autoridade portuguesa.	<ul style="list-style-type: none">Implementação do conceito de Quadrícula.
	<ul style="list-style-type: none">Presença insuficiente de unidades em regiões de maior atividade inimiga.	<ul style="list-style-type: none">Alteração do dispositivo das forças terrestres.



	2º Período: 1964 a 1966	
	Causa	Alteração
Doutrina	<ul style="list-style-type: none">• Aumento da experiência de combate e evolução das táticas da ameaça.	<ul style="list-style-type: none">• Elaborada a 2ª versão do guia “O Exército na Guerra Subversiva”.
Instrução e Treino	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de unidades especializadas em contra subversão.	<ul style="list-style-type: none">• Criação do Centro Instrução de Comandos.
Emprego Tático	<ul style="list-style-type: none">• Aumento da eficácia dos movimentos revolucionários (doutrinas e táticas);• Diminuição da qualidade da instrução dos reforços enviados para o TO.	<ul style="list-style-type: none">• Utilização de forças de intervenção, que substituam as forças de flagelação.
Organização	-----	-----



	3º Período: 1967 a 1974	
	Causa	Alteração
Doutrina	-----	-----
Instrução e Treino	<ul style="list-style-type: none">• Deficiência nas infraestruturas da instrução;• Urgência na preparação do embarque das forças;• Impreparação dos reforços enviados para o TO.	<ul style="list-style-type: none">• Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO) passou a ser realizada em dois períodos: um em Portugal e outro no TO.
	<ul style="list-style-type: none">• Aliviar a pressão do recrutamento na metrópole, mantendo os níveis de recrutamento;• Necessidade de redução de custos;• Necessidade de garantir um maior envolvimento dos africanos na sua própria defesa.	<ul style="list-style-type: none">• Africanização das forças armadas.
	<ul style="list-style-type: none">• Limitações do recrutamento na metrópole de Oficiais Subalternos e Capitães do Quadro Permanente.	<ul style="list-style-type: none">• Criação dos cursos de Comandantes de Companhia do Curso de Oficiais Milicianos.
Emprego Tático	<ul style="list-style-type: none">• Aumento da atividade no Leste de Angola;• Dispersão das forças.	<ul style="list-style-type: none">• Constituição de unidades de Comandos a 3 UEC e um agrupamento aéreo (Agrupamento SIROCO), para conduzir manobras denominadas por “Caça”.
	<ul style="list-style-type: none">• Orografia no Leste de Angola caracterizada por largas planícies de savanas e elevado capim e abundância de rios, muito extensas para serem patrulhadas a pé e desadequadas para viaturas.	<ul style="list-style-type: none">• Criação de Esquadrões de reconhecimento a cavalo (Dragões).
Organização	<ul style="list-style-type: none">• Agravamento da situação militar no Leste de Angola.	<ul style="list-style-type: none">• Reorganização do dispositivo.
	<ul style="list-style-type: none">• Descoordenação na utilização das forças auxiliares no TO.	<ul style="list-style-type: none">• Enquadramento das Forças Auxiliares pelas FA.